Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO SÃO PAULO

São Paulo, Segunda-feira, 9 de Novembro de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.139 | R$ 5,00

TCU envia ao TSE representação sobre suspeitas de uso de dinheiro público pelo PL para fretar avião

CAPPELLI - PÁGINA 14

Alexandre Silveira deve assumir Ministério da Segurança Pública

Atual ministro de Minas e Energia é delegado aposentado da Polícia Civil de MG

MAGNAVITA - PÁGINA 15

CORREGEDORES DEBATEM APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIAIS

Sob a liderança do presidente do Colégio de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil, desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, corregedor-geral da Justiça do Rio de Janeiro, o 98º Encontro Nacional de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil e o 10º Fórum Fundiário Nacional encerraram suas atividades na sexta (6), em Maceió. Ao longo da semana, os encontros reuniram representantes da magistratura, do sistema de Justiça e especialistas para debater inovação, modernização do Judiciário e aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais.

MAGNAVITA - PÁGINA 15

CM



Desembargador Cláudio Brandão e a desembargadora e corregedora Silva Rocha TJSP

PSD pode perder 30 prefeitos em São Paulo

Ao menos 30 prefeitos paulistas planejam deixar o PSD, de Kassab, e migrar para o Republicanos, partido do governador Tarcísio de Freitas, na próxima janela partidária.

PÁGINA 3

MPE contesta 3 candidaturas por suspeita de crime

Entre os casos está Ney Santos (Republicanos), eleito deputado federal por São Paulo. Ele nega todas as acusações, mas o Ministério Público recorreu ao TSE contra a candidatura.

PÁGINA 3

CPI ouve Bradesco sobre R$ 812 milhões

Representantes do Bradesco falaram à CPI dos Devedores sobre os R$ 812 milhões cobrados pela Prefeitura de SP.

PÁGINA 4

Ex-vereador Milton Leite é indiciado sobre PCC

Milton Leite (União Brasil) foi indiciado por suspeita de integrar e promover uma organização criminosa na capital.

PÁGINA 4

SP garante Grande Prêmio de F1 até 2035

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) anunciou a prorrogação ao lado de Stefano Domenicali, presidente da F1.

PÁGINA 18

Lando Norris vence GP São Paulo, mas Max Verstappen é quem rouba a cena



GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL

Max Verstappen (2º), Lando Norris (1º) e Isack Hadjar (3º) subiram ao pódio do GP SP de F1

Ele não fez uma boa largada e perdeu a primeira posição logo no início. Contou com um erro de Kimi Antonelli para recuperar e ficar com ela até a bandeira final. Lando Norris pode ter vencido o GP São Paulo de Fórmula 1, mas o grande campeão foi Max Versteppen, que largou dos box, foi escalando o pelotão e terminou em segundo. Uma prova digna de campeão mundial e de quam sabe pilotar tanto no seco quanto no molhado. Para fechar a etapa, a Mercedes sagou-se campeã de Construtores.

PÁGINA 10

RUDOLFO LAGO

SENADO DESCONFIA QUE LULA NÃO VAI BLINDAR MORAES

PÁGINA 2

DRUMMOND

O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO CARECE DE PROPOSTAS

PÁGINA 2

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

O Senado desconfia até onde Lula irá mesmo querer blindar Xandão

Como prometido, a coluna segue com os raciocínios dos apoiadores da senadora Tereza Cristina (PP-MS) na sua disputa pela presidência do Senado no ano que vem. Como dissemos, Tereza Cristina avalia que o trabalho que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), candidato à reeleição, tenta para pacificar o país a partir de um perdão ao ex-presidente Jair Bolsonaro em troca de evitar processos de impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente Alexandre de Moraes, pode ser um tiro pela culatra.

Relembrando o que dissemos. A ideia pode gerar rejeição porque parte dos senadores quer ao menos tentar abrir o processo de impeachment. Além disso, há quem desconfie que, no fundo, Alcolumbre trabalha em causa própria, para ele mesmo se blindar de investigações que poderiam atingi-lo tanto no escândalo do INSS quanto no caso Master. Nos dois casos, embora ele negue, há citações a ele.

Mas outro ponto que ronda ali as suspeitas de que pode gorar um processo de blindagem de Alexandre de Moraes está em saber até vai a própria disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de proteger o ministro do Supremo. Até onde isso seria um ativo importante na recondução de Alcolumbre.

Primeiro. É sempre importante lembrar. Não foi Lula quem indicou Moraes para o STF. Foi Michel Temer. Alguém que o PT enxerga como um "golpista", que teria articulado para derrubar Dilma Rousseff, num processo que acabou fortalecendo a Lava Jato e que culminou com a condenação e a prisão de Lula.

Segundo. Apesar disso, a associação de Lula com Moraes foi explorada pela oposição e foi um dos pontos que mais o enfraqueceu na disputa presidencial com Flávio Bolsonaro. Se dissociar de Moraes e de suas decisões muitas vezes consideradas no mínimo polêmicas pode ser ativo importante para Lula.

Terceiro. Moraes se tornou o todo-poderoso relator do interminável inquérito das fake news por uma decisão de Dias Toffoli quando era presidente do STF. Embora Toffoli tenha sido uma indicação de Lula, ex-advogado do PT que era, hoje ele é um desafeto do presidente, que não perdoa o fato de ele ter dado muito tardiamente e sem tempo hábil autorização para que Lula deixasse a prisão para o velório de seu irmão, Genival, o Vavá. Hoje, Lula e Toffoli sequer se cumprimentam.

Quarto. Foi Alcolumbre quem articulou a derrota da indicação do advogado-geral União, Jorge Messias, para a vaga no STF aberta com a saída de Luís Roberto Barroso, um vexame histórico para Lula. Há quem lembre que às vezes Lula pode ser vingativo. De qualquer modo, a vaga segue aberta. E a indicação do novo nome será uma perrogativa do presidente. Ele tem uma pessoa para indicar ao Supremo. Se Moraes sofrer impeachment serão, então, dois nomes que Lula terá para indicar.

Até 2030, irão se aposentar compulsoriamente Luiz Fux (em 2028), Cármen Lúcia (em 2029) e Gilmar Mendes (em 2030). Lula é o responsável pelas indicações de Toffoli (mesmo com os atuais senões), Cristiano Zanin e Flávio Dino. Ou seja, dos 11 ministros do Supremo, somente Fachin (indicado por Dilma Rousseff), Nunes Marques e André Mendonça (indicados por Jair Bolsonaro) não seriam nomes da lavra de Lula. É um poder tentador.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

O crime tolerado

Apesar de estar em todos os discursos de candidatos, a questão da segurança pública e do combate ao crime organizado carece de propostas concretas.

Impressiona a indiferença das autoridades em relação a medidas simples, que não pedem verbas, e sim vontade política.

Medidas de bom senso, como a ação da Receita Federal em combinação com as vendas de carro de alto preço, comercializados por meia dúzia de empresas, a metade concentrada em São Paulo, na Avenida Europa, nos Jardins. Quem acompanha o noticiário sabe que a turma do dinheiro fácil adquire logo carros de valor superior a três milhões de reais. Um controle sobre estes compradores seria razoável.

Na faixa da violência urbana, assaltos, roubos, arrastões, especialmente na orla marítima de cidades como o Rio de Janeiro, elementar a volta da exigência da camisa no transporte público. E controle nos finais de semana mais rigoroso das motocicletas, muitas roubadas e outras usadas para apoio a atividades criminosas. Nada complicado.

Da população de rua, que hoje é problema nacional, aproximadamente um terço deve ser recolhido ao sistema penitenciário. Outro terço é de doentes mentais ou dependentes químicos; precisam de internação. E um terço pode ser recuperado por políticas públicas eficientes na inserção social destas pessoas. Tudo parece e é simples, mas falta coragem, vontade política.

As implicações da segurança e da população de rua na economia são grandes em setores sensíveis como o turismo e a restauração. A tolerância custa empregos, perda de arrecadação, insegurança às famílias.

Medidas emergenciais são urgentes. São muitos os exemplos pelo mundo de grandes cidades que pela omissão foram levadas a miséria.

O Rio, os cariocas, sofrem demais com a violência, que tira paz e empregos.

EDITORIAL

Cuidar do clima também é investir na economia

Durante muito tempo, a preocupação ambiental foi tratada por parte do setor econômico como uma pauta paralela, muitas vezes vista como um custo adicional ou até como um obstáculo ao desenvolvimento. Essa divisão, porém, está cada vez mais distante da realidade. Os efeitos das mudanças climáticas demonstram que preservar o meio ambiente e proteger a economia são objetivos que caminham juntos. Em alguns setores, como o turismo, essa relação é ainda mais evidente.

Um levantamento recente mostra a dimensão do problema. Das 360 regiões turísticas catalogadas pelo Mapa do Turismo Brasileiro, 301 foram atingidas por eventos climáticos extremos entre 2020 e 2025. Isso significa que 83,6% dos destinos mapeados sofreram algum tipo de impacto. O dado revela que a vulnerabilidade climática não é uma ameaça distante, mas uma realidade que já interfere diretamente na atividade turística brasileira.

O cenário merece atenção especial em um momento de expansão do setor. O Brasil recebeu 9 milhões de turistas estrangeiros em 2025, um recorde que demonstra o potencial econômico da atividade. Mas de pouco adianta ampliar a divulgação dos destinos, atrair visitantes e movimentar hotéis, restaurantes, agências e comércios se as condições que sustentam essa atividade não forem preservadas. Praias, parques, trilhas, rios, cidades históricas e áreas naturais dependem de equilíbrio ambiental para continuar atraindo pessoas.

Eventos extremos podem comprometer estradas, redes de energia, abastecimento de água e estruturas hoteleiras. Também podem provocar interdições, afastar visitantes e gerar prejuízos para trabalhadores e pequenos empreendedores que dependem do fluxo turístico. Uma temporada perdida por causa de enchentes, deslizamentos, secas ou ondas de calor representa perdas que vão muito além do próprio destino afetado. Atinge toda uma cadeia de serviços e empregos.

É justamente nesse ponto que o investimento em cuidados climáticos precisa ser compreendido também como uma decisão econômica. Planejar o uso do território, proteger áreas naturais, melhorar a infraestrutura, preparar sistemas de alerta e desenvolver planos de resposta a emergências exige recursos. Mas a ausência dessas medidas pode custar muito mais. Prevenir danos e garantir a continuidade das atividades são formas concretas de proteger investimentos e assegurar receitas.

OPINIÃO DO LEITOR

Manual

Manual para os equivocados repórteres, narradores e comentaristas que na reta final do Brasileirão insistem em encher os pulmões para o patético matematicamente ao invés de aritmeticamente. Aprendam: matemática é a ciência dos números. Mas quem trata deles, somando, multiplicando, dividido, é a aritmética.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Tarcísio convenceu Salles a desistir da disputa pelo Senado

Ricardo Salles é cotado para a Justiça no governo de Tarcísio

O governador reeleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), prepara mudanças no secretariado para o segundo mandato, com redução do espaço do PSD, de Gilberto Kassab. A tendência é manter Marcelo Branco, no Desenvolvimento Urbano e Habitação, e Guilherme Afif Domingos, em Projetos Estratégicos. A Secretaria da Saúde, antes comandada por Eleuses Paiva (PSD), poderá passar ao MDB, que tem Luiz Carlos Zamarco e Maurício Serpa entre os cotados. O deputado federal Ricardo Salles (Novo), ex-ministro do Meio Ambiente, é apontado como possível secretário da Justiça. Salles desistiu da disputa ao Senado para ajudar André do Prado(PL) e Derrite(PP) após articulação de Tarcísio. PL, Republicanos, Podemos e União-PP também buscam espaço na nova equipe. Na quinta-feira (5), o governador recebeu no Palácio doas Bandeirantes o presidente nacional do PP, Ciro Nogueira.

PSD pode perder 30 prefeitos em São Paulo

Ao menos 30 prefeitos paulistas planejam deixar o PSD, de Gilberto Kassab, e migrar para o Republicanos, partido do governador Tarcísio de Freitas, na próxima janela partidária. Segundo apuração, gestores temem perder recursos estaduais após o desgaste entre Kassab e Tarcísio. Também há resistência à aproximação do dirigente do PSD com Lula (PT), diante das eleições de 2028. A saída atingiria cerca de 20% dos prefeitos do PSD em São Paulo e ampliaria a base municipal da legenda de Marcos Pereira.

DIVULGAÇÃO/ALESP



PSD de Kassab ficou neutro no segundo turno da eleição presidencial

Fiesp reduz previsão para indústria em 2026

A produção industrial brasileira caiu 2,2% no terceiro trimestre de 2026, segundo dados analisados pela Fiesp. Em setembro, houve recuo de 0,8%, acima do esperado pela entidade. Diante da perda de ritmo, a federação reduziu de 1,4% para 0,4% a previsão de crescimento da indústria neste ano. A indústria extrativa deve avançar 5,3%, enquanto a de transformação deve encolher 0,4%. Juros elevados, crédito caro e endividamento das famílias pressionam o setor. Para 2027, a Fiesp prevê nova queda de 0,1% na transformação, no país.

Lista de aprovados para a bolsa Talento Espórtivo

O Governo de SP publicou, na sexta-feira (6), no Diário Oficial do estado, a primeira lista de atletas aprovados para a Bolsa Talento Esportivo de 2026. O programa recebeu mais de 800 inscrições e prevê conceder cerca de 200 bolsas nas categorias estudantil, juniores, nacional e internacional. Uma segunda lista de aprovados e uma relação de espera, válida por seis meses, serão divulgadas até 20 de novembro, conforme orçamento disponível.

Casos graves de Covid

São Paulo registra aumento de casos graves de Covid-19 nas últimas semanas. Até 31 de outubro, o estado contabilizou 1.328 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e 429 internações em UTIs. O boletim InfoGripe, da Fiocruz, confirma a tendência, mas aponta que a incidência da doença permanece em níveis muito baixos no estado.

R$ 18 milhões para limpeza

A CDHU contratou a empresa Prelcan Construções e Comércio Ltda. por R$ 18,48 milhões para serviços de engenharia, limpeza de terrenos e ações de reintegração, conservação e manutenção da posse de imóveis. O contrato, assinado em 30 de outubro, tem vigência de 18 meses e também prevê medidas para evitar notificações e multas municipais.

Pesquisa sobre viagens

O Metrô de São Paulo abriu licitação, com gasto estimado em R$ 1,38 milhão, para contratar pesquisa sobre viagens de entrada e saída da Região Metropolitana. O levantamento incluirá aeroportos, terminais rodoviários, ônibus fretados e rodovias, além de dados de telefonia móvel. A sessão pública está marcada para 27 de novembro, às 9h.

Regras auxílio-aluguel

As novas regras do auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica em São Paulo foram publicadas pelo Governo de SP. O benefício é de R$ 500 mensais, por até seis meses, prorrogáveis por igual período. Para receber, é necessário ter medida protetiva, comprovar vulnerabilidade e renda familiar anterior à separação de até dois salários mínimos.

Corrida da Montanha

A corrida KTR Ilhabela 2026 foi realizada neste sábado (7), no Parque Estadual de Ilhabela, após autorização da Fundação Florestal, publicada no Diário Oficial de São Paulo. A organizadora assumiu contrapartidas de R$ 7,4 mil em equipamentos e sinalização, além de obrigações de segurança, proteção ambiental e recolhimento de resíduos.

Desinterdição de bombas

O Ipem-SP autorizou a desinterdição de seis bombas de combustíveis em dois postos paulistas: cinco do Auto Posto SP MG, em Águas da Prata, e uma do Auto Posto Monte Serrat, em Santa Isabel. A decisão foi publicada nesta sexta-feira (6). A liberação não encerra a apuração de possíveis fraudes, que depende da análise de componentes eletrônicos.

DIVULGAÇÃO/MPE



MP Eleitoral questionou três candidaturas paulistas em 2026

MPE contesta 3 candidaturas em SP por suspeita de crime organizado

Entre os casos está Ney Santos, eleito deputado federal pelo Republicanos

Da **Redação**

O Ministério Público Eleitoral contestou três candidaturas em São Paulo nas eleições de 2026 por suspeitas de ligação com o crime organizado. Os casos fazem parte de um levantamento nacional divulgado na sexta-feira (6), que identificou 42 candidaturas questionadas em dez estados. Desse total, 22 candidatos tiveram os registros barrados pela Justiça Eleitoral ou desistiram da disputa.

Entre os casos paulistas está o de Ney Santos (Republicanos), eleito deputado federal por São Paulo. O Ministério Público recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar impedir o registro da candidatura do político, que responde a uma ação penal na qual é acusado de comandar uma organização criminosa e lavar dinheiro proveniente do tráfico de drogas.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, Ney Santos também foi condenado por abuso de poder econômico nas eleições municipais de 2016, em um processo relacionado ao financiamento ilícito de campanha. Apesar dos questionamentos, sua candidatura foi validada pela Justiça. O recurso apresentado pelo MP ainda aguarda julgamento no TSE. Ney nega todas as acusações.

O órgão sustenta que a existência de provas consistentes de ligação com organizações criminosas pode justificar o impedimento de uma candidatura, mesmo sem condenação criminal definitiva. O entendimento tem como fundamento o artigo 17 da Constituição Federal, que proíbe a utilização de organizações paramilitares por partidos políticos.

São Paulo aparece com três candidaturas contestadas no levantamento nacional. O Rio de Janeiro registra 26 casos e a Paraíba, quatro. Os demais nove casos estão distribuídos entre outros sete estados. Os dados mostram a dimensão das ações apresentadas pelo MPE durante o processo eleitoral de 2026.

O vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa, afirma que a atuação busca impedir que organizações criminosas financiem campanhas, controlem partidos ou ampliem sua influência sobre representantes eleitos. Para reforçar a fiscalização, o MP criou, em 2026, um grupo de trabalho dedicado ao combate à atuação do crime organizado nas eleições. A iniciativa também recomendou aos partidos a adoção de mecanismos internos para verificar antecedentes de seus candidatos. O julgamento dos recursos pendentes poderá alterar a situação jurídica de candidatos eleitos.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Sansão Pereira (REPU) presidiu os trabalhos da CPI

CPI ouve Bradesco sobre cobrança municipal de R$ 812 milhões

Representantes do Bradesco disseram à CPI dos Devedores da Câmara Municipal de São Paulo, na quinta-feira (5), que o banco já obteve decisões judiciais favoráveis sobre cerca de R$ 500 milhões dos R$ 812 milhões cobrados pela Prefeitura. Segundo a superintendente jurídica do banco, Lígia Policiano, o valor cobrado é objeto de dez ações judiciais. A instituição questiona a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) sobre receitas que, segundo o banco, decorrem de operações financeiras e do pagamento de comissões. O vice-presidente do Bradesco, Cassiano Scarpelli, informou que há R$ 44 milhões em discussão na esfera administrativa. O presidente da CPI, Sansão Pereira (Republicanos), anunciou que o programa Fique em Dia será retomado em 16 de novembro e seguirá até 26 de fevereiro de 2027. O programa permite negociar débitos inscritos na dívida ativa da capital paulista.

Câmara de SP dá título a Paulo Junqueira Neto

A Câmara Municipal de São Paulo entregou o título de cidadão paulistano ao advogado e produtor rural Paulo Maximiano Junqueira Neto durante sessão solene na noite de quinta-feira (5). A homenagem foi proposta pelo vereador Lucas Pavanato (PL). Natural de Ribeirão Preto, no interior paulista, Junqueira Neto foi reeleito para presidir o Sindicato Rural do município no atual triênio 2024–2027. Ele também comanda a Associação Rural de Ribeirão Preto e a Associação Rural Vale do Rio Pardo (Assovale).

RICHARD LOURENÇO / REDE CÂMARA SP



Honraria para o advogado e produtor rural Paulo Junqueira Neto

MP: superfaturamento em obras da capital

O Ministério Público de São Paulo apontou indícios de superfaturamento de R$ 133 milhões em seis obras emergenciais da Prefeitura da capital. A gestão Ricardo Nunes (MDB) contratou a Ercan Construtora sem licitação para executar os serviços entre 2022 e 2023. Os peritos identificaram cobranças em duplicidade e quantidades de materiais acima das previstas nos projetos. A Prefeitura contestou as conclusões da análise e também afirmou que os pareceres fazem parte de uma apuração ainda em andamento.

Pirajussara reúne R$ 102 milhões sob suspeita

Duas intervenções no córrego Pirajussara concentram cerca de R$ 102 milhões do valor questionado pelo Ministério Público. Em uma delas, na divisa de São Paulo com Taboão da Serra, os peritos apontaram R$ 57,5 milhões sem justificativa técnica em um contrato de R$ 64,3 milhões. A planilha da obra registrava 24.808 metros de estacas para a contenção da margem, ante 2.400 metros previstos no projeto.

Comissão de inovação

A Comissão Extraordinária de Inovação, Tecnologia e Cidade Inteligente da Câmara Municipal de São Paulo se reúne nesta segunda-feira (9), das 13h às 15h. A reunião extraordinária será semipresencial, no Salão Nobre, no 8º andar, com transmissão pelo site da Câmara. O vereador Sansão Pereira (Republicanos) consta na agenda oficial da Casa.

Salva de Prata na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo fará uma sessão solene nesta segunda-feira (9) para entregar uma Salva de Prata ao Hospital Moriah. A cerimônia, de iniciativa do vereador André Santos (Republicanos), está prevista para ocorrer das 10h às 12h, na Sala da Presidência da Câmara, que fica no 8º andar da sede do legislativo paulistano.

Prédio desaba no Brás

O prédio de quatro andares que desabou na noite de sexta-feira (6) no Brás, no centro de São Paulo, recebeu ao menos quatro grandes cargas de tecido em 15 dias, segundo relato registrado no boletim de ocorrência. O imóvel fica na rua Maria Joaquina. A Polícia Civil investiga se o peso das mercadorias contribuiu para a queda da construção.

Rei da Sucata descoberto

O empresário Rodrigo Leonardo de Lima Alcântara, conhecido como Rei da Sucata, foi preso na noite de sábado (7) em uma joalheria do Shopping Cidade Jardim, na zona sul de São Paulo. Foragido, ele é investigado por suspeita de lavar dinheiro para o Comando Vermelho. A ação uniu o Ministério Público de Minas Gerais e a Polícia Civil do Rio.

TRF-3 barra Bets em SP

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargador Johonsom Di Salvo, suspendeu na sexta-feira (6) a liminar que permitia a retomada das operações de Casa de Apostas, Betsul e Jogo Online. Todas as três plataformas pertencem à CDA Gaming e voltam a ficar impedidas de operar no país até decisão final do tribunal.

Licença em discussão

As três plataformas haviam sido bloqueadas após uma medida provisória do governo federal, editada em setembro, que antecipou o fim da licença da CDA Gaming. A empresa recorreu à Justiça e obteve uma liminar da desembargadora Adriana Pileggi para retomar as atividades no país. A presidência do tribunal suspendeu a autorização.

RICHARD LOURENÇO/REDE CÂMARA



Milton Leite se apresentou às autoridades na Grande São Paulo

Ex-vereador Milton Leite é indiciado em caso sobre PCC

Apuração vê indícios de ação da facção em 12 das 22 viações da capital

Da **Redação**

A Polícia Civil de São Paulo indiciou o ex-vereador Milton Leite (União Brasil) por suspeita de integrar e promover uma organização criminosa. Ex-presidente da Câmara Municipal, ele é investigado na Operação Vectura Corrupta, que apura a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte coletivo. A corporação pediu à Justiça a prisão preventiva de Leite, que está detido temporariamente desde 18 de setembro.

A investigação aponta que 12 das 22 empresas de ônibus analisadas na capital estariam sob controle ou influência da facção. A apuração também alcança empresas que atuam no ABC Paulista e na Baixada Santista. Uma das suspeitas é que integrantes do grupo tenham assumido a administração de operadoras após a obtenção de contratos em licitações, conforme o relatório final apresentador.

Os investigadores atribuem a Milton Leite o comando de fato da Transwolff, que operou linhas municipais na capital. A suspeita se apoia em depoimentos e no conteúdo de mensagens analisadas pela polícia. Segundo o inquérito, essas conversas indicariam que o ex-vereador acompanhava projetos da operadora e tratava de questões da empresa com dirigentes do setor. A Prefeitura rompeu o contrato com a Transwolff após suspeitas de vínculo com a facção.

Em depoimento à Polícia, Milton Leite negou ter participação direta ou indireta em empresas de ônibus e afirmou desconhecer os integrantes do PCC mencionados na investigação. Segundo o ex-vereador, os contatos com empresários e representantes da SPTrans, responsável pela gestão do sistema municipal, faziam parte de sua atuação parlamentar. Ele se apresentou à polícia em Mogi das Cruzes em setembro.

Entre os demais indiciados está Levi dos Santos Oliveira, ex-presidente da SPTrans. Além da atuação no transporte, a polícia apura suspeitas de interferência em licitações e de financiamento de candidaturas pela facção. Uma das frentes envolve as eleições municipais de 2024 em Praia Grande, no litoral paulista.

O Ministério Público deve avaliar o relatório para decidir se apresenta denúncia. Cabe à Justiça analisar o pedido de prisão preventiva. A Polícia ainda quer aprofundar a apuração sobre suspeitas de lavagem de dinheiro.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

CARLOS BASSAN/ PREFEITURA DE CAMPINAS



Feirão de Emprego promovido pela secretaria de Trabalho e Renda

Serviços geram 104% das vagas de Campinas, ante 62% no Brasil

O setor de serviços respondeu por 104,4% do saldo de empregos formais gerados em Campinas no terceiro trimestre de 2026, ante 62,4% no Brasil. Na cidade, foram abertas 3.076 vagas no segmento, número superior ao saldo total municipal, de 2.946 postos. Isso indica que os demais setores, em conjunto, tiveram resultado negativo de 381 vagas. Campinas registrou crescimento de 135,87% na geração líquida de empregos em comparação com o mesmo período de 2025, quando foram criadas 1.249 vagas. No país, o saldo positivo foi de 345.700 postos entre julho e setembro. A indústria campinense abriu 251 vagas, enquanto, no cenário nacional, o setor contabilizou 47.213 novos empregos. Considerados os resultados de todos os segmentos, as 2.946 vagas municipais representaram 0,85% do saldo brasileiro no trimestre. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por quê?

De acordo com o economista José Afonso Bittencourt, ex-secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Campinas, a capacidade de cidade em criar postos de trabalho fundamenta-se na combinação de três fatores: ensino de qualidade, com universidades como "a Unicamp e a PUC", parque industrial consolidado, "com quase 11 mil indústrias ativas" e polo de tecnologia, "que é o grande empregador na área de serviços", com destaque para o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) - Sirius".

O que pode melhorar

Ainda de acordo com o economista, "Campinas é fora da curva, cresce por osmose" e geraria ainda mais emprego "se não tivesse um custo de vida tão alto, Se a prefeitura não atrapalhasse... Se não houvesse tantos impostos municipais, tanto custo municipal... O IPTU em Campinas é um dos mais caros no Brasil... A passagem de ônibus é caríssima; uma das mais caras no Brasil. A água de Campinas é caríssima, e isso acaba refletindo no custo de vida da cidade, que fica muito alto".



Economista José Afonso Bittencourt, ex-secretário de Desenvolvimento

Caged

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é um registro do governo federal que acompanha o fluxo de admissões e demissões de trabalhadores sob o regime da CLT. Serve como instrumento de fiscalização trabalhista, suporte ao pagamento do seguro-desemprego e fonte oficial de estatísticas sobre a evolução do emprego formal no pais. Desde 2020, as informacoes do sistema são alimentadas via eSocial.

COLUNISTA

Instruções para emendas

Dois anos depois de o Ministério Público de São Paulo (MPSP) começar a investigar supostas irregularidades na destinação de emendas impositivas por vereadores de Campinas, a Câmara Municipal lançou o manual para padronizar os procedimentos, fixando regras de indicação, tramitação, remanejamento e fiscalização.

Para que servem

Criadas em 2022, as emendas impositivas autorizam os vereadores a direcionar até 1,2% da receita corrente líquida a projetos locais, sendo 50% obrigatoriamente para a Saúde. Já o manual fixa critérios de viabilidade e exige o uso do Sistema Emendas Campinas como pré-triagem para sanar possíveis erros.

Objetivos

De acordo com a Câmara, a iniciativa visa dar transparência aos atos parlamentares, além de orientar a população e os gabinetes. Além disso, busca alinhar exigências para evitar desvio de finalidade e atender às normas do STF, permitindo o acompanhamento detalhado de cada fase da emenda, da aprovação à execução final.

Desvios na Cultura

Um inquérito civil aberto em 2024 apura um suposto superfaturamento em shows e favorecimento de empresas. Os repasses da Cultura somaram mais de R$ 6 milhões em 2023 e R$ 14,4 milhões no início de 2024. A Câmara divulgou dados, contudo parlamentares apurados atrasaram a entrega das contas detalhadas.

Desvios na Saúde

Em 2025, o MPSP passou a apurar denúncias de devolução de 10% a 20% das emendas destinadas à Irmandade de Misericórdia de Campinas, popularmente conhecida como Santa Casa. Ao todo, 27 dos 33 vereadores repassaram cerca de R$ 25,6 milhões à entidade entre 2024 e 2025, desencadeando alerta nos órgãos de fiscalização.

Regras

Devido às investigações, a Prefeitura fixou o teto de 40% das emendas da Saúde para repasses a entidades sem fins lucrativos. A fatia restante de 60% deve ir diretamente para a rede municipal e Rede Mário Gatti, vedando a destinação dessas quantias para pagamento de pessoal ou de obras.

CPQD / DIVULGAÇÃO



Intitulado Prisma, projeto recebeu R$ 46,3 milhões do governo federal

CPQD tem 3 anos para desenvolver rede nacional de data centers

União destinou R$ 46,3 mi ao projeto de rede nacional desenvolvido em Campinas

Por **Raquel Valli**

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD) em Campinas tem 36 meses para desenvolver uma rede nacional de data centers integrada por inteligência artificial.

Intitulado Prisma, o projeto recebeu R$ 46,3 milhões do governo federal, em financiamento anunciado na sexta-feira (6) para conectar centros de processamento de dados de diferentes regiões do país, com prioridade para estruturas instaladas no interior. O recurso será administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com verba do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). A proposta é criar uma plataforma capaz de distribuir automaticamente as demandas de processamento entre os centros conectados, considerando a capacidade operacional e a eficiência energética de cada unidade.

O sistema também poderá transferir operações que já estejam em andamento de um data center para outro.

A movimentação será feita conforme a disponibilidade de energia e os recursos de processamento de cada estrutura. Dessa forma, a tecnologia pretende evitar a concentração de atividades em unidades com maior consumo energético ou capacidade limitada. A expectativa é reduzir o consumo de eletricidade e a pegada de carbono dos centros dedados, por meio da escolha automática das unidades mais adequadas para executar cada tarefa.

Entre as áreas consideradas estratégicas para o uso da rede estão saúde, defesa, segurança pública, educação e telecomunicações. O projeto também está relacionado à estratégia de fortalecimento da soberania digital brasileira, com o objetivo de diminuir a dependência de estruturas tecnológicas e serviços de processamento de dados mantidos no exterior.

O financiamento do Prisma ocorre em um momento de expansão do mercado de infraestrutura digital no Brasil. Projeções do setor apontam que o país poderá atrair até US$ 60 bilhões por ano em investimentos em data centers até 2050, impulsionado pelo crescimento da demanda por armazenamento e processamento de informações. Outros projetos também receberam recursos públicos em 2026. Em maio, o BNDES destinou R$ 300 milhões à Magalu Cloud para ampliá-la.

STF garante autonomia do Comdema em Campinas e nega recurso à Prefeitura

Supremo rejeita recurso da Administração e valida voto de desempate em eleição histórica do conselho ambiental

Por **Moara Semeghini**

ANTONIO AUGUSTO/STF



O ministro Edson Fachin rejeitou o recurso da Prefeitura de Campinas

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou um recurso da Prefeitura de Campinas e garantiu a autonomia do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema). A decisão do ministro e presidente do STF, Edson Fachin, validou o voto de desempate exercido na eleição para a presidência do órgão e reafirmou um princípio basilar: um decreto do Executivo não pode se sobrepor ou contrariar a lei municipal que criou o conselho.

O impasse jurídico teve origem em uma eleição interna que terminou empatada. Na ocasião, a então presidente do Comdema utilizou o voto de qualidade (o chamado voto de minerva) para definir a chapa vencedora. A administração municipal, amparada por um decreto próprio (Decreto Municipal nº 19.176/2013), tentou anular o resultado sob a alegação de que o regimento vetava o voto duplo caso o presidente já tivesse participado da votação anterior.

No entanto, tanto o Tribunal de Justiça de São Paulo quanto o STF derrubaram a tese da Prefeitura, apontando que a Lei Municipal nº 10.841/2001 garante a prerrogativa do voto de desempate ao presidente, prevalecendo o princípio da legalidade.

A Prefeitura de Campinas informou, por meio de nota oficial, que recebeu a decisão do STF e que a Procuradoria Municipal está "analisa o processo para avaliar se cabe recurso. Caso não haja essa possibilidade, o Município cumprirá a decisão judicial".

A disputa teve início na eleição para a diretoria do conselho (biênio 2024–2025), realizada em 24 de abril de 2024. Na ocasião, a votação terminou empatada entre as chapas Novos Espaços, Outras Vozes e Ética Climática e Pacto Global. Diante do impasse, a então presidente do órgão, Maria Helena Novaez Rodriguez, exerceu o voto de desempate a favor da primeira chapa.

A chapa derrotada contestou o resultado sob o argumento de que a presidente já havia votado anteriormente como representante da Associação de Educação do Homem do Amanhã. Amparada em um parecer da Procuradoria Municipal, que apontava que o regimento do conselho vetaria o voto duplo caso o presidente já tivesse participado da votação, a Prefeitura acolheu o pedido de anulação, o que empurrou o caso para o poder judiciário.

Ao barrar o recurso da Prefeitura, o STF ratificou o entendimento de que a Lei Municipal nº 10.841/2001 (que criou o conselho) estabelece expressamente a competência para o voto de qualidade do presidente, e que um decreto do Executivo (Decreto Municipal nº 19.176/2013) não pode restringir ou contrariar o que diz a lei superior.

Para o vice-presidente do Comdema, Tiago Fernandes de Lira, o desfecho no Supremo vai muito além de uma vitória local de Campinas.

"É um marco legal e uma jurisprudência importantíssima para os conselhos em todo o país, e não apenas para o Comdema", destaca o dirigente. Para ele, a decisão reafirma o óbvio institucional: "O prefeito não está acima da lei; ele tem que cumpri-la. É impossível conservar o meio ambiente sem a participação popular efetiva. Os conselhos são instrumentos fundamentais dessa política pública".

Entidades acionam Câmara e cobram retratação de Hossri

Por **Moara Semeghini**

Em um pleito marcado pela disputa entre abstenção e mobilização, a eleição presidencial no Brasil se tornou um marco da força política da população mais velha e da vitória do presidente Lula (PT). No entanto, imagens de idosos comparecendo às urnas viraram alvo de deboche do vereador Nelson Hossri (PSD), em publicação no status do WhatsApp que acendeu o alerta sobre etarismo na política. O caso agora ganha novos desdobramentos institucionais e jurídicos.

A Associação dos Idosos de Campinas e o Coletivo de Aposentados e Pensionistas da subsede da CUT anunciaram o envio de ofícios formais à Mesa Diretora, à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Políticas Públicas para o Idoso da Câmara Municipal. O objetivo central das entidades é exigir que o Poder Legislativo municipal se manifeste e que o parlamentar faça uma retratação pública formal, sob pena de ação judicial.

Além da cobrança política, as entidades apontam infrações diretas ao Estatuto da Pessoa Idosa. Para Juarez Bispo Mateus, presidente da Associação dos Idosos e coordenador do coletivo da CUT, o vereador incorreu nos artigos 96 (que pune a discriminação com 6 meses a 1 ano de reclusão) e 105 (que criminaliza a veiculação de imagens depreciativas ou injuriosas). "É uma postura preconceituosa que nos envergonha e denigre a imagem da própria Câmara Municipal", afirmou Juarez.

CÂMARA DE CAMPINAS / REPRODUÇÃO WHATSAPP



O vereador Nelson Hossri (PSD) e a publicação feita por ele no Whatsapp

O caso teve início após Hossri divulgar a foto de um idoso em cadeira de rodas com a legenda: "Já levou seu idoso pra tomar sol hoje, ou só vai lembrar dele daqui a 4 anos?". A postagem motivou críticas de especialistas por etarismo, violação de direitos e possível quebra de decoro parlamentar. Segundo Juarez, 25% do eleitorado de Campinas é idoso, que enfrentam barreiras de acessibilidade para votar. Entidades e conselhos municipais preparam uma ação conjunta por políticas públicas efetivas no município.

A assessoria de Hossri afirmou que não recebeu notificações oficiais. O vereador negou preconceito, afirmou seu respeito pelas pessoas idosas, sustentando que pretendia alertar contra a suposta instrumentalização de vulneráveis por militantes políticos, em defesa da integridade da democracia.

CORREIO GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE VALINHOS



Pausa permite atualizar os valores definido pelo Decreto nº 13.120/2026

Valinhos suspende o atendimento presencial do Bolsa Família

O atendimento presencial do Bolsa Família em Valinhos ficará suspenso até 10 de novembro, devido à indisponibilidade do Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec), usado pela Prefeitura na gestão do programa. A pausa permite gerar a folha de pagamentos com os valores definidos pelo Decreto nº 13.120/2026, que reajustou os benefícios em 15,04% pelo INPC acumulado entre março de 2023 e agosto de 2026. O valor mínimo por família passou de R$ 600 para R$ 691; o benefício por criança de zero a sete anos incompletos, de R$ 150 para R$ 173. O atendimento no Cadastro Único (CadÚnico), na Prefeitura, será retomado quarta-feira (11), às 9h. Programa atende famílias pobres, segundo critérios de renda. Famílias precisam cumprir compromissos nas áreas de saúde e educação. Em agosto de 2025, Valinhos tinha 2.891 famílias beneficiárias, número que pode ter mudado.

Pré-natal odontológico tem aprovação unânime

A Câmara de Valinhos aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 221/2026, que estabelece diretrizes para o pré-natal odontológico na rede pública de saúde. De autoria da vereadora Simone Bellini (União), a proposta prevê avaliação bucal no início da gestação, integração entre equipes de pré-natal e odontologia e orientações preventivas. O texto já incentiva cuidados com a saúde bucal dos bebês e acompanhamento odontológico na primeira infância. A iniciativa segue para sanção ou veto do prefeito Franklin (PL).

CAROLINE LM / UNSPLASH



Proposta busca integrar saúde bucal ao cuidado das gestantes

Sumaré libera R$ 1,5 milhão em microcrédito

O Banco do Povo Paulista de Sumaré concedeu R$ 1.523.449,80 em crédito a empreendedores entre janeiro e outubro de 2026, por meio de 82 operações. No período, a unidade realizou 1.887 atendimentos em diferentes canais. Somente em outubro, foram liberados R$ 176.213,54 em nove financiamentos. O programa oferece microcrédito a autônomos, microempreendedores individuais e pequenos empresários para investir e ampliar seus negócios e gerar mais renda. O atendimento é feito na Praça da República, 203, no Centro.

Holambra moderniza raio-X da rede municipal

A Policlínica de Holambra conta com um aparelho de raio-X digital, que substitui o equipamento analógico. A modernização recebeu investimento de R$ 325.950, sendo R$ 300 mil de emenda parlamentar da deputada federal Renata Abreu e R$ 25.950 de recursos próprios. O novo sistema oferece imagens mais precisas, facilita o armazenamento dos exames e melhora o posicionamento dos pacientes durante os exames.

Natal by Expoflora

Moradores de Holambra com Cartão Cidadão podem visitar gratuitamente o Natal by Expoflora, realizado até 20 de dezembro. O benefício garante uma entrada por dia, mediante apresentação do documento atualizado na bilheteria do evento, em guichê exclusivo. A programação ocorre aos sábados, domingos e no feriado de 20 de novembro, no Pq da Expoflora.

Proteção à mulher

A Câmara de Indaiatuba analisa a criação da Procuradoria Especial da Mulher, proposta por Clélia Santos e Luiz Alberto Cebolinha. O órgão deverá receber denúncias de violência e discriminação de gênero, encaminhar demandas aos órgãos competentes e acompanhar políticas públicas, além de promover ações para ampliar a participação feminina na política.

Novo Portal de Finanças

Hortolândia disponibilizou um Portal de Finanças no site oficial da Prefeitura, reunindo serviços relacionados a impostos, tributos, taxas, certidões, notas fiscais e dívidas. A plataforma permite consultar e resolver demandas de IPTU, ITBI, Dívida Ativa e empresas pela internet, por computador, tablet ou celular, sem necessidade de deslocamento até a Prefeitura.

Verba para serviços

A Câmara de Hortolândia aprovou dois projetos que somam R$ 1,2 milhão em remanejamentos orçamentários. Os recursos contemplam a compra de equipamentos para a Educação, melhorias na Estação Jacuba, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc, e estruturação de departamentos voltados aos direitos humanos, atendimento a mulheres e idosos.

Nova secretária à vista

Aline Landim assumiu a Secretaria de Negócios Jurídicos de Artur Nogueira. Advogada, possui experiência em Administração Pública e já elaborou cerca de mil pareceres jurídicos. É pós-graduada em Direito Previdenciário e tem formação em Direito do Seguro e Resseguro pela Fundação Getúlio Vargas, ampliando sua atuação na área.

Ouvidoria de Americana

A Ouvidoria de Americana recebeu o Selo Ouro Ouvidoria Cidadã, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O responsável pelo setor, apresentou os resultados e as ações desenvolvidas em reunião na Câmara, a convite do Conselho de Saúde. O reconhecimento considera transparência, qualidade e efetividade no atendimento.

@MALCONMAZZUCATTO E @NAYLA.DESOUZA / REPRODUÇÃO



Vídeo do vereador Malcon Mazzucatto (União): munição em arma de fogo

Vídeo com arma leva vereador a processo em Vinhedo

Malcon Mazzucatto: quebra de decoro e abaixo-assinado de 2,7 mil assinaturas

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Vinhedo aprecia, na sessão ordinária desta segunda-feira (9), o pedido de abertura de Comissão Processante (CP) contra o vereador Malcon Mazzucatto (União Brasil). A denúncia foi protocolada por uma moradora do município após a repercussão de um vídeo nas redes sociais em que o parlamentar aparece municiando uma arma de fogo ao som de trilha de suspense, acompanhada de metáforas sobre morte e falas de tom intimidatório a opositores.

O caso provocou forte indignação popular na região de Campinas e motivou a criação de um abaixo-assinado online que reúne mais de 2,7 mil assinaturas exigindo a apuração por quebra de decoro parlamentar. Se o pedido de abertura for acolhido pelos vereadores em plenário, as investigações podem culminar na cassação do mandato.

Em nota oficial encaminhada à reportagem, o presidente da Casa, Márcio Melle, informou que submeterá a denúncia diretamente à deliberação do Plenário. Melle ressaltou que não fará juízo de mérito antecipado para preservar a imparcialidade dos trabalhos. A nota esclarece que não há necessidade de parecer prévio da Procuradoria Jurídica e garante que Mazzucatto não atuará na condução do processo, embora presida a Comissão de Ética. Caso a denúncia seja aceita, a apuração caberá a três vereadores sorteados.

A vereadora Nayla de Souza (REDE) protocolou representação no Ministério Público (MP-SP) para apuração dos fatos. Em pronunciamento no plenário, a parlamentar relembrou o histórico de controvérsias atribuídas ao vereador, como ofensas a professores da rede pública municipal, agressões a manifestantes contrários ao IPTU e uma recente nota de repúdio do Conselho Tutelar.

"Se a população e este Legislativo acharem normal um vereador ameaçar opositores dizendo que vai 'na garganta' e carregar uma arma de fogo, eu entrego meu mandato. Não vou colocar minha vida em risco diante dessa omissão. Não é uma briga entre dois vereadores, mas sim a defesa do decoro", declarou Nayla, afirmando que ele "não é digno do cargo".

OUTRO LADO

A reportagem procurou o vereador Malcon Mazzucatto via canais oficiais para solicitar seu posicionamento sobre o caso, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. O espaço permanece aberto.

CORREIO DAS REGIÕES

FREEPIX



Sorocaba confirma três casos de Mpox em 2026

Mpox: Sorocaba confirma 3 casos e SP soma 298 infecções

A Secretaria da Saúde do Estado de SP e a pasta municipal de Sorocaba confirmaram três casos importados de Mpox na cidade este ano, sem registro de mortes. Os infectados — dois homens entre 30 e 39 anos e uma mulher entre 20 e 24 anos, apresentaram febre, dores musculares e lesões na pele. A prefeitura investiga mais um caso suspeito e já descartou outros 16. Pacientes sob suspeita cumprem isolamento profilático de 21 dias. Em todo o estado paulista, o total acumulado chega a 298 confirmações. Transmitida pelo vírus MPXV via contato direto com lesões, secreções ou objetos contaminados, a doença exige constante higienização das mãos e afastamento de sintomáticos. A imunização permanece restrita a grupos prioritários, como pessoas com HIV/Aids, usuários de PrEP e profissionais expostos em laboratórios, conforme a liberação de doses enviadas pelo Ministério da Saúde.

Fim de semana de caos em Sorocaba

Um forte temporal atingiu Sorocaba (SP) na manhã e tarde de sábado (7), acumulando 36,4 milímetros de chuva e registrando o maior volume do estado. As precipitações provocaram alagamentos e a interdição de um trecho da Avenida Dom Aguirre, na região da Praça Lions, por volta das 13h. Também foram registrados pontos de alagamento na Rodovia Raposo Tavares (SP-270) e forte instabilidade na Zona Norte. Iperó (SP), na mesma região, chegou a acumular quase 50 mm de chuva no início da tarde.

CORTESIA RODRIGO MOTOX



Temporal causa caos em Sorocaba no fim de semana

Free flow é instalado na Castello em Sorocaba

O Governo de São Paulo começou no último sábado (7) a instalar cinco pórticos de pedágio eletrônico (free flow) na Rodovia Castello Branco (SP-280), na Grande São Paulo. As estruturas vão substituir três praças físicas, permitindo a passagem dos veículos sem paradas. A instalação segue até dezembro e a cobrança automática deve começar em março de 2027, com tarifas por trecho variando entre R$ 0,60 e R$ 4,50. Até lá, o pagamento nas praças físicas atuais continua normalmente. Usuários de tag terão 5% de desconto.

Golpe do falso advogado em Jundiaí

Um engenheiro de Jundiaí perdeu R$ 58 mil após cair no golpe do falso advogado, registrado no 3º DP da cidade. Pouco depois de vencer uma ação contra o INSS, a vítima recebeu mensagens no WhatsApp de criminosos usando a foto do seu próprio advogado. Sob a promessa de receber R$ 108 mil, ele seguiu orientações e realizou procedimentos bancários. Ao desconfiar, o golpe já havia sido consumado.

Concurso em Alambari

A Prefeitura de Alambari abriu o processo seletivo nº 01/2026 para formação de cadastro reserva na área da educação, com cargos de níveis médio e superior, incluindo monitores de transporte e professores. Os salários chegam a R$ 4,3 mil. As inscrições vão até 23 de novembro no site da Publiconsult, com prova em 13 de dezembro.

Crise do lixo em Jundiaí

Jundiaí acionou a Justiça para tentar antecipar a entrada da nova empresa de coleta de lixo e normalizar o serviço na cidade. O serviço tem enfrentado atrasos devido à falta de funcionários da atual prestadora. A administração tenta derrubar uma liminar judicial que garantia a continuidade da empresa anterior até 14 de novembro.

Chuva em Itapetininga

O forte temporal que atingiu a região de Itapetininga no último sábado (7) provocou estragos em diversas cidades. Em Boituva, a chuva acumulou 37 mm, com queda de granizo e alagamentos. Já em Guareí, a ventania destelhou um galpão e derrubou árvores, bloqueando temporariamente a Rodovia SP-157. A Defesa Civil emitiu 44 alertas.

Calamidade em Itapeva

Itapeva decretou calamidade pública na última sexta-feira (6) após a contaminação da água por um parasita e uma bactéria, gerando mais de 4,3 mil casos de gastroenterite desde setembro. O decreto de 180 dias autoriza medidas emergenciais. A Sabesp suspendeu tarifas no município e anunciou R$ 50 milhões em melhorias e caminhões-pipa.

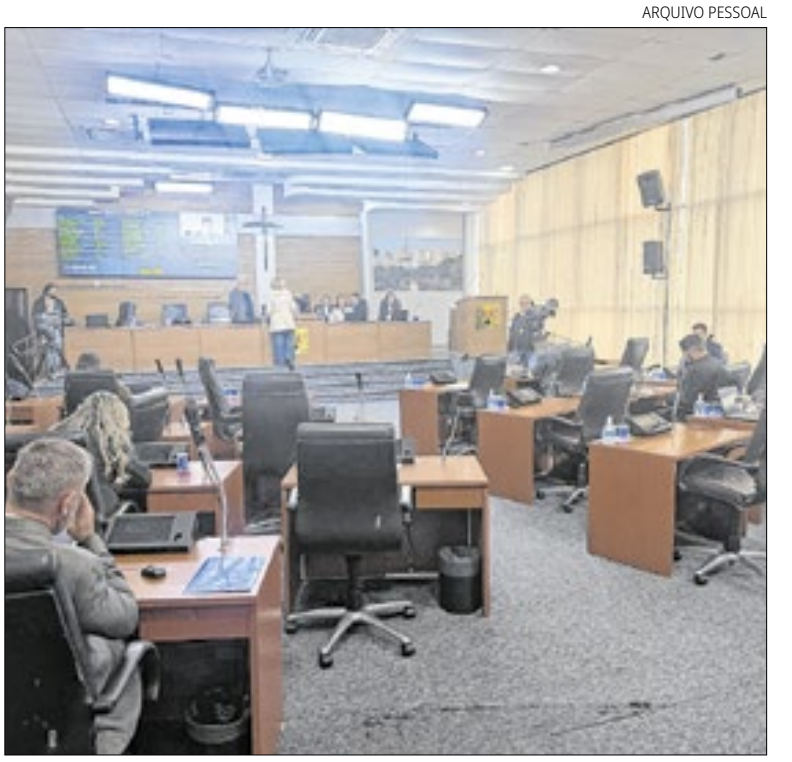
GCM sob apuração

A Prefeitura de Salto (SP) informou que acompanha rigorosamente as apurações sobre a ocorrência envolvendo a Guarda Civil Municipal no bairro Jardim União, registrada na última sexta-feira. O Executivo reitera seu compromisso com a transparência, a legalidade e a ética, garantindo a devida averiguação de todas as circunstâncias.

Médico na Praça

A Prefeitura de Sorocaba divulgou a agenda do "Médico na Praça". A clínica móvel oferece exames e consultas para adultos. Leve documento com foto. Atendimentos: segunda (Praça da Bandeira), terça (Quintais do Imperador), quarta (Vila Formosa), quinta (Espaço Hera 40+) e sexta-feira (Santa Rosa). Mais saúde nos bairros da cidade.

ARQUIVO PESSOAL



Vereadores em sessão no plenário da Câmara Municipal de Sorocaba

Câmara de Sorocaba arquiva cassação de três vereadores

Decisão da Comissão de Ética manteve mandatos de Tatiane, Aith e Toninho.

Por **Fabrício Rocha**

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Sorocaba (SP) arquivou, na quinta-feira, os pedidos de cassação de mandato apresentados contra os vereadores Tatiane Costa (PL), Vinícius Aith (Republicanos) e Toninho Corredor (Agir). A decisão do colegiado, presidido pelo vereador Cristiano Passos (Republicanos), ocorreu de forma rápida após o recebimento e a análise dos argumentos apresentados pelas defesas dos parlamentares envolvidos nas denúncias.

A representação de maior apelo popular visava a vereadora Tatiane Costa. Ela foi denunciada por publicar vídeos em suas redes sociais sugerindo o boicote comercial a empresários e comerciantes que haviam declarado apoio ao presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Paralelamente à análise, integrantes do Movimento Antirracista e da Unegro entregaram à Câmara um abaixo-assinado com cerca de 13 mil assinaturas pedindo a perda do mandato. Apesar da pressão dos movimentos sociais, a comissão optou pelo arquivamento e apenas recomendou que a vereadora grave um vídeo explicativo em plenário para detalhar suas posições políticas.

Já o vereador Vinícius Aith enfrentava um pedido de cassação protocolado por ativistas da Ocupação Ondina Seabra. O grupo acusou o parlamentar de manter postura incompatível com o decoro durante acaloradas discussões no plenário, ocorridas após o vereador atuar judicialmente para obter a ordem de reintegração de posse do imóvel ocupado na zona leste da cidade.

Por fim, o processo contra o vereador Toninho Corredor envolveu a acusação de ofensas verbais dirigidas a uma munícipe durante visita comunitária no bairro Habiteto. Em sua defesa perante o colegiado, o vereador alegou que a denunciante é uma ex-apoiadora derrotada nas urnas que busca projeção nas redes sociais por ressentimento político.

Com a aprovação dos relatórios de defesa pela Comissão de Ética, todos os três processos foram encerrados em definitivo no legislativo municipal de Sorocaba, sem a aplicação de qualquer sanção regimental ou perda de mandato aos vereadores.

CORREIO ECONÔMICO

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Mudanças incluem Alelo, Ticket, VR Benefícios, Pluxee, Flash e Swile

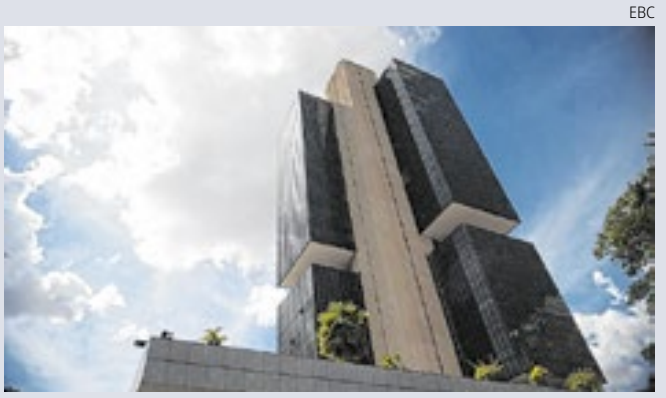
VR e VA podem ser aceitos em mais maquininhas

Os cartões de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) passaram a ter mudanças a no úiltimo sábado (7). A principal delas é a implementação da interoperabilidade, que prevê a aceitação de cartões de diferentes operadoras em qualquer maquininha habilitada para processar esse tipo de pagamento, desde que o estabelecimento também aceite o cartão utilizado. A transição começou em maio e vai até novembro, quando a assinatura do decreto que atualizou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) completa um ano. Na prática, a medida pretende ampliar as opções de uso dos benefícios em restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos que trabalham com alimentação. Cartões de empresas como Alelo, Ticket, VR Benefícios, Pluxee, Flash e Swile estão entre os abrangidos pelas mudanças, conforme o enquadramento no PAT.

Brasil tem maior juro real do mundo

O Brasil segue como o país com os maiores juros reais do mundo, calculados em 9,05%, mais de sete vezes a média de 1,27% do ranking da consultoria de mercado Moneyou publicado nesta semana. O juro real desconta a inflação em cada país. O Brasil lidera o ranking de 40 países analisados. Confira os 10 primeiros colocados: Brasil (9,05%), Turquia (7,77%), Argentina (6,80%), Rússia (6,57%), Colômbia (4,05%), Indonésia (3,67%), México (3,26%), África do Sul (2,93%), Hungria (2,04%) e Chile (1,69%).

EBC



Consultoria Moneyou calcula juros real de 40 países

Balança comercial: maior superávit desde 1989

A balança comercial brasileira teve o maior superávit para o mês de outubro em 37 anos, segundo dados divulgados na sexta-feira (6) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Impulsionadas pelo petróleo, combustíveis, cereais e soja, as exportações superaram as importações em US$ 9,32 bilhões, diferença 39,4% maior que a registrada em outubro de 2025, quando foi de US$ 6,69 bilhões. O crescimento das exportações em 20% proporcionou o resultado, o melhor desde o início da série histórica, em 1989.

Mminerais críticos prioritários para investimento

O Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos se reuniu na tarde desta quinta-feira (5) para aprovar a lista de prioridades do governo federal para minerais críticos e estratégicos. São 27 minerais listados, em grupos de três prioridades – alta, média e baixa –, a serem consideradas no direcionamento de políticas públicas e recursos de fomento.

Crescimento econômico I

Dados revisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que a economia brasileira cresceu 3,4% em 2024. Dessa forma, o Produto Interno Bruto chegou a R$ 11,7 trilhões.
A constatação faz parte do Sistema de Contas Nacionais, números divulgados nesta sexta-feira (6), pelo IBGE.

Crescimento econômico II

Quando o desempenho do PIB de 2024 foi divulgado inicialmente, em março de 2025, o resultado já apontava crescimento de 3,4%.

Em dezembro de 2025, o IBGE revisou as taxas de crescimento de alguns setores da economia em 2024, mas não alterou a taxa global de alta do PIB, mantida em 3,4%.

Eletromobilidade I

O aumento da frota de veículos elétricos e híbridos no país levou o Conselho Nacional de Política Energética a aprovar a criação de um grupo de trabalho para ajudar na elaboração da Estratégia Nacional de Eletromobilidade. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, o colegiado vai reunir subsídios técnicos e propostas sobre a expansão.

Eletromobilidade II

O grupo discutirá temas como infraestrutura de recarga, impactos sobre o sistema elétrico, cadeia de baterias, questões ambientais e mobilidade urbana. Entre as tarefas estão avaliar a expansão da rede de carregamento, a sustentabilidade dos minerais usados em baterias e os efeitos do crescimento da frota sobre a demanda por energia.

Dólar

O dólar fechou em alta e o Ibovespa avançou nesta sexta-feira (6), em um dia marcado pela divulgação de dados do mercado de trabalho dos Estados Unidos e pela expectativa em torno da política econômica do quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A moeda estadunidense subiu cerca de 0,4%, para R$ 5,51.

Ibovespa

O Ibovespa, principal índice da B3, fechou em alta de 1,39%, aos 168.498,45 pontos, impulsionado pelo desempenho positivo de parte das bolsas de Nova York e pela recuperação de ações do setor de tecnologia nos Estados Unidos. O índice de referência da bolsa brasileira oscilou entre a mínima de 165.909,74 pontos e a máxima de 169.073,04 pontos.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS



A iniciativa é promovida pelo Colégio Notarial do Brasil

Mutirão visa prevenir golpes na compra de imóveis

Tabeliães esclarecem dúvidas sobre esse tipo de negociação

Da **Redação**

Para orientar a população sobre como evitar fraudes e proteger seu patrimônio na compra de imóveis, os Cartórios de Notas realizaram no sábado (7) um mutirão nacional gratuito em várias cidades do país.

Os golpes podem envolver falsos proprietários, documentos adulterados e imóveis inexistentes que podem transformar a compra da casa própria em prejuízo financeiro.

A ação levou tabeliães a shoppings, praças, espaços públicos e instituições parceiras em diferentes cidades para esclarecer dúvidas sobre compra e venda de imóveis, escrituras públicas, procurações, doações e outros atos oficiais que ajudam a evitar prejuízos e conflitos patrimoniais. A iniciativa é promovida pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), em parceria com suas Seccionais Estaduais e os Tabelionatos de Notas participantes.

Segundo o CNB/CF, entre os golpes que podem comprometer uma negociação estão:

Venda de imóveis por pessoas que não são suas proprietárias,

Apresentação de procurações falsas,

Comercialização de propriedades com restrições omitidas.

Exigência de pagamentos antecipados sem a devida formalização do negócio.

Em muitos casos, o comprador só identifica o problema depois de transferir recursos ou descobrir que o imóvel não poderá ser registrado em seu nome.

Para o presidente do CNB/CF, Eduardo Calais, a orientação preventiva é fundamental para evitar que decisões patrimoniais se transformem em disputas judiciais.

"A compra de um imóvel representa, muitas vezes, a economia de uma vida inteira. Por isso, é essencial que as pessoas compreendam o que estão assinando, conheçam os riscos e busquem orientação antes de realizar qualquer pagamento. Um golpe pode comprometer o patrimônio construído ao longo de décadas. Nosso trabalho é ajudar a evitar que isso aconteça", afirma.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas 2.261.055 ocorrências de estelionato em 2025, aumento de 429,8% em relação a 2018.

Lando Norris vence o GP de São Paulo de F1; Mercedes é campeã de Construtores

Apesar das provas inconsistentes de Russell e Antonelli no Brasil, Mercedes 'gabaritou' o mundial

Por **Pedro Sobreiro**

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Max Verstappen (2º), Lando Norris (1º) e Isack Hadjar (3º) subiram ao pódio do Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1

O Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 2026 chegou ao fim neste domingo (8), com uma corrida muito emocionante. No Autódromo de Interlagos, o tetracampeão do mundo, Max Verstappen teve problemas com o carro durante o terceiro treino livre, no sábado (7), e optou por trocar peças. Com isso, ele foi obrigado a largar da 21ª colocação no grid. No entanto, quando o assunto é Verstappen em Interlagos, sair do pelotão de trás e fazer história não é exatamente novidade.

Em 2024, ele largou em 17º e fez uma corrida perfeita para vencer e conseguir vantagem sobre Lando Norris, que culminaria justamente no tetracampeonato mundial de Max na rodada seguinte. Em 2025, ele largou do pit lane e terminou a corrida em terceiro, atrás apenas de Kimi Antonelli, da Mercedes, e de Lando Norris, da McLaren, que terminaria a temporada com seu primeiro e único título mundial até o momento.

Em 2026, enquanto todos os olhares se voltavam para o campeão mundial mais jovem da história, Kimi Antonelli, foi justamente a dupla Max Verstappen e Lando Norris que se destacou. O piloto da McLaren conquistou a pole position nas qualificatórias e apesar de uma largada ruim, fez uma prova muito consistente. Ele foi ultrapassado por Antonelli logo nas primeiras voltas, e tudo indicava que o italiano da Mercedes dominaria de ponta a ponta.

Só que o foguete das Flechas de Prata apresentou problemas e Kimi teve dificuldades, principalmente no "S do Senna". Ainda assim, o atual campeão mundial conseguiu terminar a prova em quinto lugar.

Quem também se destacou foi Isack Hadjar, da Red Bull Racing, que fez uma prova muito sólida e terminou na terceira posição sem maiores sustos. É um nome muito promissor para a temporada 2027, principalmente pela disciplina e adequação à filosofia da equipe.

Diante dos problemas de Kimi e da boa dominância que tem da pista brasileira, Lando Norris disparou na liderança e conseguiu mantê-la mesmo com a intensificação das chuvas.

Já Max Verstappen escalou todo o pelotão e conquistou um merecido segundo lugar, posição esta que também ocupa no ranking do campeonato mundial de pilotos, com 279 pontos conquistados até aqui.

HAMILTON VIVE MONTANHA-RUSSA NO BRASIL

Lewis Hamilton, da Ferrari, foi do céu ao inferno neste GP. Em sua corrida de número 400 da carreira, o heptacampeão mundial teve de largar em 20º no grip, após a Ferrari trocar peças da unidade de potência de seu carro. Com a punição, o britânico largou lá de trás, mas conseguiu fazer uma largada espetacular e pulou para nono lugar. Ao longo da prova, ele conseguiu avançar, mas sofreu com um problema de superaquecimento dos pneus e teve de se contentar com a nona colocação. Na reta final da corrida, ele rodou em frente à entrada dos boxes, mas conseguiu usar sua habilidade para salvar o carro e seguir na corrida.

BRASILEIROS DECEPCIONAM

A estreia de Rafael Câmara na Fórmula 1 foi decepcionante. Com essa reta final servindo de treino para o pernambucano, que acabou de ser promovido emergencialmente à F1 para a vaga de Esteban Ocon, que teve problemas com o chefe da equipe, o brasileiro teve a oportunidade de fazer sua primeira corrida oficial na categoria justamente diante de seus compatriotas. E apesar de ter feito uma boa qualificação, conquistando a 11ª posição no grid, Câmara teve problemas e terminou em 20º. Já Gabriel Bortoleto, da Audi, ficou em 16º. Nenhum deles pontuou.

HOMENAGEM A RUBENS BARRICHELLO

Antes da prova começar, neste domingo (8), o público de Interlagos pôde voltar no tempo com uma homenagem ao querido Rubens Barrichello. O ex-piloto se aposentou da Fórmula 1 em 2011, mas não tinha conseguido fazer uma "despedida oficial" após tomar a decisão. Com 15 anos de atraso, ele pôde se despedir dos fãs voltando às pistas com a Williams FW33, modelo que usou em sua última prova, em 2011.

Porém, como choveu bastante no início do domingo, ele fez manobras mais conservadoras. Ainda assim, foi muito emocionante para o público e para o ex-piloto, que teve seu nome cantado a plenos pulmões nas arquibancadas.

– Eu nasci aqui nessa pista de Interlagos. Eu tô realmente agradecido pela oportunidade. Foram 15 anos tentando isso [fazer uma despedida em Interlagos]. É tanta gratidão, é tanta vontade de estar aqui diante do público, que, para mim, é muito gratificante – disse Rubens Barrichello.

MERCEDES CAMPEÃ DE CONSTRUTORES

A Fórmula 1 tem dois campeonatos mundiais acontecendo simultaneamente. O de pilotos, que é definido pelos pontos conquistados individualmente pelos pilotos; e o de construtores, que premia as escuderias com os melhores carros da temporada. Esse é um torneio decidido pelos desempenhos dos dois pilotos de cada escuderia.

Para os fãs, o mundial de pilotos é o mais interessante, mas para as escuderias, o de construtores é o mais cobiçado, visto que ele rende uma bonificação milionária para os campeões. Estima-se que a Liberty Media, dona dos direitos da F1, premie os campeões com até 175 milhões de dólares (cerca de R$ 963 milhões, na cotação atual).

Diante da dominância da Mercedes nesta temporada, com Kimi Antonelli e George Russell conquistando vitórias e pódios, a equipe chegou ao Brasil precisando somar apenas 3 pontos para ser campeã. Com George terminando em quarto, e Kimi em quinto, a Mercedes chegou a 652 pontos com apenas mais três etapas até o fim da temporada. Agora, a escuderia alemã não pode mais ser matematicamente alcançada pela vice-colocada, a Ferrari, que tem 512 pontos.

Novorizontino está classificado para o Brasileirão Série A 2027

Da **Redação**

O Novorizontino conquistou o acesso ao Brasileirão Série A e em 2027 disputará a competição que reúne a elite do futebol brasileiro pela primeira vez em seus 16 anos de história. Neste sábado (7), a equipe derrotou o Fortaleza, de virada, por 2 a 1, no Jorge Ismael de Biasi, em Novo Horizonte (SP), e se garantiu entre os dois primeiros colocados da Série B.

Com 70 pontos, os paulistas têm a chance de coroar o acesso com o título do certame. Estão dois pontos à frente do Juventude, que bateu o Cuiabá neste noite por 2 a 1, na Arena Pantanal, em Cuiabá. O time gaúcho depende apenas de si para assegurar o acesso direto e pode levantar a taça se vencer o Botafogo-SP na próxima rodada e contar com um revés do Novorizontino para o Criciúma.

Já o Vila Nova chegou a 66 pontos com a vitória por 1 a 0 sobre o Criciúma, também neste sábado, no Onésio Brasileiro Alvarenga, em Goiânia. Precisa derrotar o Fortaleza e torcer por um tropeço do Juventude para subir à Série A de forma direta.

Com o resultado diante da equipe goiana, o Criciúma teve sua participação e confronto confirmados nos playoffs, disputa que garante duas vagas na Série A e reúne do terceiro ao sexto colocados da Série B, com o seguinte chaveamento: 3º x 6º e 4º x 5º. Enfrentará o Fortaleza, dono da quinta posição.

Já o CRB ganhou do Náutico por 3 a 0, nos Aflitos, no Recife, e ocupa a sexta posição, com 58 pontos.

CORREIO
NO MUNDO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Defesa contesta risco de fuga e nega tentativa de obstruir apuração

Justiça do Paraguai decreta prisão preventiva de Santiago Peña

O ex-presidente do Paraguai Santiago Peña teve a prisão preventiva decretada no sábado (7), após ser acusado de envolvimento em uma crise bancária que deixou milhões de correntistas sem acesso a seus depósitos e provocou uma onda de protestos no país. Ele sofreu impeachment na sexta-feira (6). O juiz responsável pelo caso considerou que há risco de fuga do ex-presidente. A defesa, porém, contesta essa avaliação e afirma que não há elementos que indiquem a possibilidade de ele deixar o país ou de obstruir as investigações. Argumenta também que Peña já não ocupa a Presidência. O ex-líder paraguaio é investigado por suposta lesão de confiança e administração em proveito próprio num inquérito sobre irregularidades no Ueno Bank, o principal banco digital do país e cujo grupo controlador teve o ex-presidente como acionista até 2025.

Prisão preventiva e bloqueio de bens

Mais cedo, o Ministério Público havia pedido a prisão preventiva de Peña e o bloqueio de seus bens. Após audiência com o ex-presidente e seu advogado, o juiz Humberto Otazú acolheu o pedido e determinou a detenção. Segundo o magistrado, o político ficará detido no Regimento de Escolta Presidencial, em Assunção, onde já havia passado a noite de sexta-feira.

Na véspera, Peña havia sido detido em sua residência, nas imediações da capital paraguaia.

JUANNNXIII VIA WIKIMEDIA COMMONS



Vice-presidente, Pedro Alliana assume o Paraguai até 2028

Semana turbulenta no país

A destituição coroou uma semana turbulenta, marcada pelo escândalo de fraudes envolvendo o Ueno Bank, que antes da crise tinha 2,9 milhões de clientes, num país com cerca de 7 milhões de habitantes. Na madrugada, manifestantes que se reuniam nas proximidades do imóvel em protesto levaram autoridades do país a transferir Peña para o Regimento Escola Presidencial, que fica em meio a outras unidades militares no bairro Ciudad Nueva. A advogada Macarena Chilavert, 38, protestava em frente ao prédio do Ministério Público enquanto Peña dava depoimento.

População paraguaia protesta

"Tenham medo do povo paraguaio, o povo precisa ter memória e castigar esses corruptos nas próximas eleições. Eu não votei nesse economista, que diziam que era um gênio e agora está detido", disse Macarena em um megafone. O funcionário público Carlos Sosa, 69, também saiu de sua casa, próximo do prédio do órgão público. "Estou indignado e vim protestar, pois não é só Peña, são todos eles desse grupo", afirmou.

Grupo Vázquez

Peña é acusado de favorecer o Grupo Vázquez, controlador do Ueno, e de se omitir na fiscalização da instituição pelo Banco Central. Segundo a investigação, ele também teria interferido de forma indevida no órgão responsável pela administração dos recursos destinados às aposentadorias e à saúde dos trabalhadores.

Recursos públicos

O Ueno Bank mantinha quase R$ 4,5 bilhões em recursos públicos, incluindo verbas da Previdência. Além do bloqueio de contas bancárias, depósitos, investimentos e outros ativos financeiros, os promotores solicitaram diligências para localizar imóveis, veículos, participações societárias e outros bens registrados em nome de Peña.

Perdeu o apoio

A destituição ocorreu depois que Peña perdeu apoio de seus correligionários do Partido Colorado. Foi a segunda vez desde o retorno da democracia que um presidente paraguaio foi afastado por impeachment. Com a saída de Peña, o vice Pedro Alliana assumiu a Presidência na sexta. Também integrante do Partido Colorado, ele terá mandato até agosto de 2028.

Pedro Alliana

Ao assumir a Presidência, Alliana prometeu indenizar os impactados pelo que chamou de um "desastre financeiro", com prioridade para os clientes de menor renda. O Banco Central informou neste sábado que já havia devolvido parte dos depósitos a quase 1,2 milhão de clientes e que o processo continuaria ao longo da próxima semana.

Mudanças no gabinete

A instituição também divulgou uma lista de bancos que funcionariam durante o fim de semana. Em seu primeiro dia completo no cargo, Alliana fez reuniões com ministros e anunciou mudanças no gabinete. Entre elas, nomeou Ariel Martínez para o Ministério do Interior e designou um novo titular para a pasta de Obras Públicas.

Resposta à crise

O novo presidente cobrou rapidez na resposta à crise. "Não quero ninguém hesitante à frente desta missão. Quero resultados", afirmou na cerimônia. A embaixada dos EUA classificou o Paraguai como um "parceiro estratégico regional" e defendeu o trabalho conjunto com Alliana.

Por Douglas Gavras (Folhapress)

DIVULGAÇÃO / VATICAN MEDIA



Uruguai tem a maior proporção de ateus e sem religião da América Latina

Papa pede que América do Sul supere divisões entre seus países

Papa Leão 14 celebrou uma missa histórica em Paysandú, no Uruguai

O papa Leão 14 reuniu milhares de fiéis no sábado (7) em Paysandú, cidade uruguaia próxima à fronteira com a Argentina, na celebração da primeira missa de sua viagem pela América Latina. O pontífice desembarcou no país na sexta (6), em Montevidéu, onde foi recebido pelo presidente Yamandú Orsi e discursou na Praça da Independência.

Em sua fala, o papa pediu que a população da América do Sul supere as divisões entre seus países e convidou à "construção de pontes", citando a ponte General Artigas, que cruza o rio Uruguai e liga Paysandú à cidade argentina de Colón. Multidões aguardaram sua chegada ao relento durante toda a noite, sob chuva intensa, que diminuiu pouco antes de sua chegada. Ele é o primeiro papa a visitar a cidade, importante centro econômico no noroeste do Uruguai.

O giro inclui ainda Argentina e Peru, país onde o papa viveu por quase 20 anos. A última visita papal ao Uruguai havia sido em 1988, quando João Paulo 2º liderava a Igreja Católia. Trata-se, portanto, da primeira missa conduzida por um pontífice no país em quase 40 anos, celebrada por Leão 14 em espanhol.

Paysandú estava decorada com imagens do papa e com o amarelo e o branco do Vaticano. O comércio local vendeu produtos com o rosto de Leão 14, como bolsas e bandeiras, e houve barracas de santinhos.

O pontífice ficou cerca de três horas na cidade. Depois, voltou a Montevidéu, onde visitou o bairro de Casavalle, que tem a maior taxa de homicídios da capital, e a Universidade Católica. Depois, conduziu no histórico estádio Centenário uma vigília de oração para 60 mil pessoas.

O Uruguai é o país da América Latina com o maior percentual de pessoas que se declaram ateias, agnósticas ou sem religião: 48,7% da população, segundo pesquisa do Latinobarómetro de 2023.

A viagem ocorre menos de um mês após passar por uma cirurgia para retirar um nódulo maligno no pulmão. Os planos ficaram em suspenso, mas no fim pontífice não só manteve as datas como não alterou em nada o itinerário divulgado em setembro.

O tour inclui viagens quase todos os dias, deslocamentos de helicóptero e uma passagem de pouco mais de três horas em Cusco, cidade peruana na Cordilheira dos Andes. A localização a mais de 3.400 metros de altitude exige boa capacidade respiratória dos visitantes.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

FOTOS SETUR-RJ



Estande do estado do RJ no Chefs Week Lisboa

Com expansão de voos e foco no trade de luxo, Rio de Janeiro intensifica promoção turística na Europa

O Estado do Rio de Janeiro consolida sua presença no cenário internacional ao participar do roadshow BBG Brasil – Europa 2026. Promovida por meio da Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ) e da TurisRio, a iniciativa integra a plataforma Meu Destino é Brasil, desenvolvida pelo Grupo BBG Brasil para conectar destinos nacionais aos principais mercados emissores globais. A ação itinerante percorre três capitais europeias de peso em novembro de 2026: Paris (França), no dia 6; Milão (Itália), no dia 9; e Roma (Itália), no dia 11. O objetivo central é promover a diversidade dos atrativos e produtos fluminenses, reforçar a conectividade aérea, aproximar o trade europeu dos operadores locais e gerar negócios diretos.

Encontro reúne público altamente qualificado

Os encontros reúnem um público altamente qualificado de operadores de turismo, agências de viagens do segmento premium, receptivos (DMCs) e jornalistas especializados. O formato combina rodadas de workshop B2B, apresentações institucionais e momentos de networking acompanhados de alta gastronomia.



Roadshow BBG Brasil-Europa - Primeira etapa França



O presidente da TurisRio, Sergio Ricardo de Almeida, representou o estado do Rio de Janeiro no roadshow



O subsecretário-adjunto da Setur-RJ, Ramiro Fidalgo, apresentou os principais atrativos do estado do Rio

Conectividade entre Rio e Europa consolidada

A consolidação da conectividade aérea entre o Rio de Janeiro e os mercados europeus é um dos pilares centrais da ação. Os encontros contam com engajamento expressivo de companhias aéreas estratégicas: a Air France ampliou sua operação para 14 frequências semanais na rota Paris–Rio de Janeiro, enquanto a LATAM mantém operação diária reforçada por sua malha de conexões via São Paulo. O fluxo com a Itália e a Península Ibérica também ganha tração com os voos diários da ITA Airways a partir de Roma e a regularidade diária das operações da TAP, assegurando acesso direto e contínuo aos destinos fluminenses.

IA no futebol

O ex-procurador-geral de Justiça do Rio Eduardo Gussem, atual oficial de integridade da CBF, defendeu o uso de tecnologia e inteligência de dados no combate à manipulação de resultados no futebol. Em entrevista ao programa O Fator, durante a 19ª Conferência Mineira da Advocacia, destacou a importância da transparência e da cooperação institucional.

Inteligência Pública

Eduardo Gussem também revisitou sua passagem pelo Ministério Público do Rio, entre 2017 e 2021, e ressaltou o combate à lavagem de dinheiro e à atuação das milícias. Citou o projeto MP em Mapas como ferramenta de inteligência para identificar problemas urbanos e fortalecer a gestão pública.

IDOR no Rio

A Faculdade IDOR, mantida pela Rede D'Or São Luiz, recebeu autorização do Ministério da Educação para oferecer 100 vagas anuais no curso de graduação em Medicina, no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio. A autorização da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é válida exclusivamente para o endereço informado na portaria.

Medicina autorizada

A portaria assinada pela secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marta Abramo, estabelece que a autorização contempla exclusivamente a oferta do curso no endereço indicado, na Rua Diniz Cordeiro, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. A medida entrou em vigor na data de publicação do ato.

Medicina celebrada

A implantação da Faculdade de Medicina da PUC-Rio foi celebrada por duas importantes representações da Rocinha. O Instituto TMJ Rocinha e a Associação de Moradores manifestaram apoio à iniciativa, destacando os impactos positivos esperados na formação profissional, na promoção da saúde e no desenvolvimento social da comunidade.

Apoio comunitário

Em declarações datadas de 6 de novembro, o Instituto TMJ Rocinha e a UPMMR ressaltaram a histórica parceria da PUC-Rio com os moradores. As entidades consideram que a nova Faculdade de Medicina poderá ampliar oportunidades de formação, fortalecer ações de saúde e estreitar ainda mais os vínculos entre universidade e território.

REPRODUÇÃO YOUTUBE/LULA



Este foi o primeiro pronunciamento de Lula desde que foi reeleito

Lula diz que trará investimentos superiores a 20% do PIB

Deu estocadas no Judiciário e em Flávio Bolsonaro e acenou ao mercado

Por **Gabriela Gallo**

Em pronunciamento à nação de pouco mais de sete minutos, na noite deste domingo (8), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou um balanço das prioridades de seu governo, agradeceu aos eleitores e reafirmou o compromisso com a responsabilidade fiscal. Também buscou responder às críticas à condução da economia e à repercussão das decisões do governo no mercado financeiro.

Lula insistiu em sublinhar políticas sociais confirmando o envio ao Legislativo de uma proposta para zerar as tarifas do transporte público nos finais de semana.

Na área institucional, o presidente voltou a defender as reformas política e do Poder Judiciário. Ao abordar a atuação da magistratura, afirmou que o país precisa de juízes imparciais, éticos e sem conflitos de interesse, comprometidos com o exercício da função pública.

Sem mencionar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seu principal adversário na campanha eleitoral, Lula afirmou que o Brasil não deve ser um lugar para quem foge de suas responsabilidades. Após a derrota, o senador seguiu para os Estados Unidos. O presidente, porém, não voltou a abordar o assunto.

Na área econômica, Lula disse que irá elevar o volume de investimentos no país para mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em parceria com o setor privado. Disse que criará condições para reduzir as taxas de juros e estimular novos investimentos, sem detalhar quais medidas serão adotadas.

No pronunciamento, Lula agradeceu pelos 64 milhões de votos recebidos. Também mencionou a taxa de abstenção no segundo turno, de 19,2%, a menor registrada em eleições presidenciais desde 2006.

Na área da segurança pública, festejou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública (PEC 18/2025) e reafirmou que encaminhará ao Congresso a medida provisória do Ministério da Segurança Pública.

Ao encerrar o pronunciamento, Lula defendeu a união nacional e afirmou que governará para todos os brasileiros, independentemente de suas posições políticas. Também retomou a ideia de que é necessário construir pontes, e não muros, expressão utilizada pelo papa Francisco em 2014, em resposta às declarações do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que defendia a construção de um muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México.

STF discute escala 6x1, Lula viaja e Congresso discute prioridades

Também TSE avalia ação contra chapa de Lula e PGR, pedidos da defesa para liberdade de Vorcaro

Por **Beatriz Matos**

STF E PLANALTO



Flávio Dino comanda audiência de conciliação sobre 6x1 enquanto Lula viaja para Turquia e Filipinas

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) tentará um acordo de empresários e trabalhadores sobre os prazos para o fim da escala 6x1, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) embarcará para a Turquia e as Filipinas. No Legislativo, as prioridades incluem o Orçamento de 2027, a medida provisória que proíbe as bets e o debate sobre a reforma eleitoral.

Também estarão no radar os desdobramentos da ação contra a chapa Lula-Alckmin no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os pedidos da defesa de Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, encaminhados à Procuradoria-Geral da República (PGR).

ESCALA 6X1

O principal compromisso confirmado no STF ocorrerá nesta terça-feira (10), às 14h. O ministro Flávio Dino conduzirá uma audiência de conciliação sobre a implementação da emenda constitucional que acabou com a escala 6x1. A mudança prevê duas folgas remuneradas, jornada máxima de 40 horas semanais e manutenção dos salários. Os direitos aprovados pelo Congresso não estarão em negociação. O foco será o calendário de adaptação, ou seja, a regra de transição.

A primeira etapa começa em 16 de dezembro, com limite de 42 horas semanais. A jornada de 40 horas valerá em dezembro de 2027. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) pede ao Supremo que a transição comece apenas em outubro de 2027 e termine em outubro de 2028. A entidade aponta dificuldades para reorganizar turnos, contratar trabalhadores e renegociar acordos coletivos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também contesta aspectos da implementação. Se não houver acordo acordo, os questionamentos seguirão para análise judicial, ainda sem data para julgamento definitivo.

CHAPA LULA-ALCKMIN.

Na Justiça Eleitoral, a semana poderá trazer as primeiras manifestações da defesa de Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) na ação apresentada pelo partido Novo. O corregedor-geral, Ricardo Villas Bôas Cueva, admitiu o processamento da investigação e determinou que os dois sejam notificados para responder em cinco dias. A contagem dependerá do recebimento das notificações.

O partido acusa o governo de concentrar 35 medidas econômicas e sociais, incluindo o reajuste do Bolsa Família e subsídios aos combustíveis, em período próximo às eleições para favorecer a chapa. A legenda pede a cassação dos mandatos e a declaração de inelegibilidade dos investigados por oito anos. O TSE ainda não julgou o mérito da ação. Após as manifestações, o corregedor poderá requisitar documentos e determinar a produção de provas para avaliar a existência ou não de abuso de poder político.

PGR E BANCO MASTER

A Procuradoria Geral da República deverá examinar os pedidos da defesa de Daniel Vorcaro para revogação da prisão preventiva. Os advogados alegam excesso de prazo na manutenção da custódia, decretada em março. Também solicitam a apuração de supostos vazamentos de informações extraídas do celular do ex-banqueiro.

A manifestação da Procuradoria deverá subsidiar a decisão posterior de Fachin, que mantém temporariamente sob sua responsabilidade os procedimentos relacionados ao Banco Master.

Corre o prazo de 15 dias para a PGR se manifestar sobre o relatório parcial da Polícia Federal que indiciou Vorcaro e outras 14 pessoas por suspeitas de fraudes em operações com o Banco de Brasília (BRB). A investigação envolve negociações de aproximadamente R$ 17,5 bilhões em carteiras de crédito, dos quais R$ 12,2 bilhões não tiveram a existência comprovada, segundo a PF.

VIAGENS PRESIDENCIAIS

Lula inicia nesta segunda-feira (9) sua primeira viagem internacional desde a reeleição. Na Turquia, participará da reunião de líderes da COP31, em Antália, nos dias 11 e 12. O Brasil passará a presidência da conferência climática ao país anfitrião, com a Austrália na coordenação das negociações. O presidente pretende defender propostas sobre financiamento climático, combate ao desmatamento e redução da dependência de combustíveis fósseis.

A agenda ocorrerá após o governo aprovar, na última sexta-feira (6), diretrizes para a transição energética e medidas de enfrentamento ao desmatamento. O Planalto pretende apresentar essas iniciativas como demonstração dos compromissos brasileiros com as metas climáticas. A conferência também marcará o primeiro discurso do presidente diante de líderes mundiais desde a vitória nas urnas.

Depois, Lula seguirá para as Filipinas, onde tem visita de Estado prevista para sexta-feira (13) e participação na cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), no fim de semana. A agenda prevê negociações comerciais e possíveis acordos bilaterais. O retorno a Brasília está previsto para o dia 16.

A montagem de ministérios do quarto mandato tende a ficar para depois da viagem. Enquanto isso, o presidente do PT, Edinho Silva, mantém conversas com dirigentes do MDB, PSD, Republicanos e outras legendas para ampliar a base de apoio ao governo em 2027. Lula também convidou os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para acompanhá-lo. Ambos ainda avaliavam os convites, que poderão abrir espaço para conversas sobre ministérios.

Outro tema que deverá aguardar o retorno presidencial é a regulamentação do Redata, regime de incentivos à instalação de centros de processamento de dados. A ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, indicou que o governo pretende discutir o anúncio com Lula a partir da semana do dia 16.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA

No Executivo, a criação do Ministério da Segurança Pública continuará em pauta após a aprovação da PEC da Segurança pelo Senado. Antes de embarcar, Lula anunciou tratativas com a Casa Civil, o Ministério da Justiça e a equipe econômica sobre a medida provisória que deverá criar a nova pasta. O desafio será definir as atribuições, os recursos e a cooperação com estados e municípios.

A criação do ministério foi uma promessa da campanha presidencial e deverá exigir negociações com o Congresso, especialmente sobre a estrutura administrativa e as despesas necessárias para seu funcionamento.

ORÇAMENTO DE 2027

No Congresso Nacional, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) seguirá negociando as emendas à proposta orçamentária do próximo ano. O relator-geral, senador Eduardo Braga (MDB-AM), pretende concluir a votação até 17 de dezembro. Antes, deputados e senadores precisam finalizar a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades fiscais.

MP DAS BETS

Outra movimentação esperada será a tentativa de instalação da comissão mista que analisará a medida provisória responsável por proibir as apostas esportivas e os jogos on-line no país. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), pretende negociar com Motta e Alcolumbre a indicação dos integrantes e o início dos trabalhos, mas a instalação ainda depende de entendimento entre as duas Casas.

VOTO DISTRITAL

Na Câmara, a reforma eleitoral ganhará uma nova etapa de debate público nesta segunda-feira (9), às 10h. O deputado Domingos Neto (PSD-CE), relator de projeto sobre o voto distrital misto na Comissão de Constituição e Justiça, apresentará detalhes do modelo na Associação Comercial de São Paulo. O presidente Hugo Motta trabalha para viabilizar uma votação ainda em 2026, mas persistem divergências entre os partidos sobre o formato da mudança.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Os ministros determinaram o encaminhamento de cópia dos autos ao TSE e ao Ministério Público Eleitoral

TCU envia ao TSE suspeita de uso de dinheiro público pelo PL para fretar avião

O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma representação sobre suspeitas de uso de recursos públicos do Fundo Partidário pelo Partido Liberal (PL) para o fretamento de uma aeronave. O acórdão também determinou o envio de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral (MPE), para que os órgãos avaliem eventuais providências dentro de suas competências.

A decisão foi tomada por unanimidade pela Primeira Câmara da Corte. Apesar do encaminhamento, o TCU decidiu não conhecer da representação por entender que ela não preenchia os requisitos de admissibilidade exigidos pelo regimento interno. Com isso, o processo foi arquivado no âmbito do tribunal, sem análise do mérito das suspeitas.

Na decisão, os ministros determinaram o encaminhamento de cópia dos autos ao TSE e ao Ministério Público Eleitoral "para ciência e adoção das providências que entenderem cabíveis no âmbito de suas respectivas competências".

O acórdão divulgado não detalha o valor gasto com o fretamento, a identidade dos passageiros nem as circunstâncias dos voos investigados.

O arquivamento no TCU não representa reconhecimento da regularidade dos gastos. Caberá aos órgãos eleitorais avaliar se há elementos que justifiquem novas apurações.

Assaltantes invadem casa, roubam carros e três cachorros, mas devolvem animais de Uber

Quatro assaltantes armados invadiram uma residência em Franca, no interior de São Paulo, roubaram dois carros, diversos objetos de valor e três cachorros, que posteriormente foram devolvidos por meio de uma corrida de Uber. O caso chegou ao STF, onde o ministro Flávio Dino rejeitou um recurso apresentado por um dos condenados pelo crime.

Segundo os autos, os criminosos pularam o muro da residência durante a madrugada e renderam duas mulheres, identificadas como Alcineida Maria Ferreira Borges e Isabela Cristina Borges Coelho.

Durante o assalto, o grupo levou um Hyundai HB20, um Chevrolet Tracker, televisores, notebooks, celulares, uma cafeteira, um purificador de água, tênis, relógio e bijuterias. Os assaltantes também levaram três cães de estimação das vítimas, sendo dois da raça shih-tzu e um spitz alemão.

O episódio ganhou um desdobramento inusitado quando os três cachorros foram devolvidos ao namorado de Isabela por um motorista de Uber. O profissional não soube informar quem havia solicitado a corrida, e a identidade de quem providenciou a devolução dos animais não foi esclarecida.

As investigações também permitiram localizar os veículos roubados. Um dos envolvidos apontados pela investigação, Mateus Junior dos Santos, foi localizado usando um moletom associado ao assalto e portando um relógio pertencente a uma das vítimas. Ele negou participação no crime.

Mateus acabou condenado a oito anos e nove meses de prisão por roubo majorado.

A discussão chegou ao STF por meio de um pedido de habeas corpus. Ao analisar o caso, Flávio Dino negou seguimento ao recurso apresentado pela defesa.

JOSIER VILAR

Presidente da ACRJ e fundador da Iniciativa FIS

A Indústria da saúde: independência ou morte

A pandemia de Covid-19 deixou mais de 700 mil mortos no Brasil e expôs uma vulnerabilidade estratégica: nossa dependência de insumos, medicamentos, equipamentos e tecnologias produzidos no exterior. Quando o mundo inteiro disputou máscaras, respiradores e princípios ativos, ficou evidente que poder comprar não significa conseguir abastecimento.

As mudanças climáticas, a degradação ambiental e a circulação global de pessoas ampliam os riscos de novas emergências sanitárias. Preparar o país para enfrentá-las exige mais do que hospitais e profissionais qualificados: exige capacidade produtiva, científica e tecnológica.

A globalização reduziu custos e ampliou o acesso a produtos, mas concentrou cadeias estratégicas em poucos países, especialmente China e Índia. No Brasil, a perda de competitividade industrial, os entraves tributários e regulatórios e o investimento insuficiente em inovação aprofundaram a dependência externa.

É hora de fortalecer o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), que reúne indústria farmacêutica, biotecnologia, equipamentos médicos, serviços assistenciais, universidades, centros de pesquisa e empresas inovadoras. Essa integração pode gerar empregos qualificados, riqueza e, sobretudo, melhor assistência à população.

Este tem sido o papel da INICIATIVA FIS, uma organização não governamental sem fim lucrativo que tem reunido todo o ecossistema da saúde brasileira com esse propósito.

Para isso acontecer, não precisa nos isolar economicamente nem de fabricar tudo aqui. Precisamos combinar inserção internacional, fornecedores diversificados e produção nacional de bens essenciais. A Nova Indústria Brasil oferece um caminho, mas metas e anúncios só terão valor se acompanhados de execução, segurança jurídica, financiamento, governança e avaliação de resultados.

Cinco prioridades são decisivas: mapear insumos e tecnologias críticos e proteger suas cadeias de abastecimento; aproximar universidades, hospitais e empresas para transformar pesquisa em soluções; estimular startups, inteligência artificial, biotecnologia e saúde digital; usar o poder de compra do SUS para induzir produção competitiva e de qualidade; e estabelecer uma governança permanente, com metas e responsabilidades compartilhadas.

O Rio de Janeiro reúne condições singulares para liderar essa agenda. Fiocruz, universidades, hospitais de referência, centros de pesquisa e empresas podem formar um polo de inovação, produção e assistência com projeção internacional.

O papel da Iniciativa FIS é o de tentar articular essas competências em um projeto comum de desenvolvimento.

O fortalecimento do CEIS deve ser política de Estado, não de governo. Sua finalidade não é proteger indústrias por si mesmas, mas assegurar autonomia sanitária e acesso equânime, com qualidade e no tempo certo, aos cuidados de saúde.

A pandemia ensinou, de forma dolorosa, que dependência excessiva pode custar vidas. Investir na indústria da saúde é investir na soberania, na economia e, acima de tudo, no futuro do Brasil.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

PINGA-FOGO

■ **ALEXANDRE SILVEIRA DEVE ASSUMIR A SEGURANÇA E SER O "CÃO DE GUARDA" DE LULA E JANJA - Anotem: o nome mais poderoso do governo Lula IV será o atual ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que deve ser escalado para uma das posições mais estratégicas do presidente reeleito. Silveira deve assumir o recém-criado Ministério da Segurança. O principal ponto é sua extrema fidelidade ao casal Lula e Janja.**

■ Poucas pessoas lembram que Silveira é delegado aposentado da Polícia Civil de Minas Gerais. Ele ingressou na carreira em 1997, após ser aprovado em concurso público, atuou em comarcas do interior do estado e se aposentou posteriormente no cargo de delegado-geral.

■ **Para a classe política, o sentimento é dúbio. Há certo alívio com a possibilidade de ter no Ministério da Segurança, ao qual estaria subordinada a Polícia Federal, um político experiente. Para os adversários, porém, o sentimento é de apreensão: com Silveira, não só Lula, mas também Janja, teria influência direta nessa máquina de moer adversários.**

■ A primeira sinalização desse novo status foi dada na última solenidade no Planalto. Silveira foi escalado para sentar ao lado do próprio Lula, embora, pela liturgia das pastas, o manual reserve a cadeira à Casa Civil.

■ **DOUGLAS RUAS TERÁ ENCONTRO COM CEOS DE EMPRESAS DO RIO - O governador eleito do Rio, Douglas Ruas, terá um encontro com os maiores nomes do PIB fluminense nesta terça, 10 de setembro, durante o almoço-palestra do LIDE-RJ, no hotel Fairmont.**

■ O evento está com overbooking e a lista de confirmações inclui CEOs e diretores das maiores companhias do Rio, além de vários de São Paulo, que virão especialmente para o encontro.

■ **Há muito tempo um evento do LIDE não desperta tanto interesse nem reúne uma lista de confirmações tão expressiva. Muitos dos empresários, que já tiveram encontros com o então candidato do PL, elogiam a postura de Douglas Ruas e estão otimistas com os nomes que vêm sendo anunciados.**

■ "Estamos todos no mesmo barco e o sucesso do novo governador também é o nosso sucesso e do Rio", afirmou um dos CEOs que foi o primeiro a confirmar presença. Ele complementa: "a estabilidade jurídica e a tranquilidade com a qual está ocorrendo a transição tem sido fundamental para a motivação de novos investimentos e destravar uma agenda que estava congelada".

■ **No almoço do LIDE, após sua palestra, o governador eleito responderá a perguntas dos empresários. O clima é de otimismo e de retomada. O Rio merece recuperar, em 2027, o círculo virtuoso após a disputa eleitoral encerrada com a vitória de Ruas no primeiro turno.**

■ A TURMA EXPERIENTE DE EDUARDO PAES SE ABRE AO DIÁLOGO - Enquanto um verdadeiro exército de Brancaleone de Dudu fica esperneando e clamando por um segundo turno na eleição para governador do Rio, a turma mais experiente e ajuizada ligada ao ex-prefeito Eduardo Paes abre um diálogo com o núcleo duro ligado ao governador eleito Douglas Ruas. Na agenda, estão a vida da Alerj na legislatura de 2027 e a necessidade de retomar o diálogo entre a prefeitura da capital e o governo estadual nos próximos anos.

■ **Entre os engajados no Brancaleone, além de alguns imberbes a quem faltam cabelos brancos, estão aqueles que sabem que terão pouco espaço na administração do prefeito Eduardo Cavaliere.**

■ PREFEITURA AGORA COM A MARCA DO PRÓPRIO CAVALIERE - O prefeito Eduardo Cavaliere dará, nas próximas semanas, cada vez mais uma cara própria à gestão do Rio. Após as eleições, considera encerrados os acordos pré-eleitorais feitos na gestão de Eduardo Paes e que estavam no automático. Agora, com a página virada, as novas negociações terão de ser feitas com o novo alcaide. Os avisos já estão sendo dados e Cavaliere espera o telefone começar a tocar.

■ **QUEM GANHA COM A ATUAÇÃO DE RODRIGO MAIA NA SUCESSÃO DO RIO? - Segundo amigos da coluna, foram identificadas em Brasília as digitais do ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia na derradeira tentativa de provocar um segundo turno no Rio. Seria o mesmo empenho, com os mesmos interlocutores, que evitaram que a sucessão estadual ocorresse de forma constitucional e que terminou colocando no Guanabara o governador interino Ricardo Couto.**

■ A grande pergunta é: qual o verdadeiro motivo de o ex-deputado abraçar de forma tão fervorosa esta nova intervenção do Judiciário na política fluminense? O que ele ganha com isso ou quem ganha? Em tempo: Maia agora é defensor de parte da Faria Lima em Brasília.

■ **A ATUAÇÃO DE RODRIGO MAIA NO STF ESTARIA SE REPETINDO, AGORA SEM ÊXITO? - Segundo as raposas políticas mais informadas de Brasília, um ministro do STF teria prometido a Rodrigo Maia o pedido de vista que gerou a permanência de Ricardo Couto no governo. A missão teria sido transferida de última hora para Flávio Dino. Essas mesmas raposas dizem que, em um jantar recente, o ministro afirmou achar interessante "realizar o serviço de forma completa". Só que, nessa agenda, o experiente ministro estaria isolado e não teria o respaldo do Planalto.**

■ A VICE BOLSONARISTA DE EDUARDO PAES DESAGRADA LULA ATÉ HOJE - Pouca gente percebe, mas o que aborrece Lula até hoje é o fato de Eduardo Paes ter escolhido para vice-governadora de sua chapa uma candidata ligada ao bolsonarismo. Isso o deixou com o pé nas duas canoas: Paes com Lula e Jane Reis com Flávio. "Maior prova de falta de compromisso e engajamento com a campanha de Lula não há", diz um dirigente do PT, que denuncia que haveria corpo mole na eleição de Lula no Rio.

■ **Só para registro: o sobrinho de Jane Reis, o prefeito de Duque de Caxias, Netinho Reis, foi uma das estrelas do encontro realizado por Flávio Bolsonaro e Douglas Ruas na Ilha da Gigóia, na primeira semana depois do resultado do primeiro turno, no qual Flávio chegou em primeiro lugar.**

■ O PESO DO OITAVO MANDAMENTO NO FUTURO DE ANDRÉ PORTUGUÊS NO REPUBLICANOS - O ex-prefeito de Miguel Pereira, André Português, conseguiu escapar do naufrágio de sua caravela republicana e ganhou do bispo Honorilton Gonçalves, da Igreja Universal, um bote salva-vidas. Foi nomeado presidente de uma executiva provisória do Republicanos no Rio, depois de jurar que tinha no bolso do colete duas secretarias estaduais no governo Douglas Ruas: a do Trabalho e a de Bem-Estar Social. Se as promessas não se concretizarem, quem assume a legenda é o ainda deputado federal Marcelo Crivella, que ficou de vice na chapa.

■ **Um amigo da coluna revelou que o assunto das secretarias estaduais nunca fez parte de nenhuma conversa entre Português e Ruas. Evangélicos e católicos sabem que o oitavo mandamento é "não darás falso testemunho".**

Encontro de Corregedores debate inovação, gestão e eficiência nos serviços judiciais e extrajudiciais



Abertura do 98 ENCOGE em Maceió reúne representantes das corregedoria de todo o país*

Sob a liderança do presidente do Colégio de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil (CCOGE), desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, corregedor-geral da Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), o 98ºEncontro Nacional de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil (Encoge) e o 10º Fórum Fundiário Nacional encerraram suas atividades na sexta-feira, 6/11, em Maceió.

Ao longo da semana, os encontros reuniram representantes da magistratura, do sistema de Justiça e especialistas para debater inovação, modernização do Judiciário e aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais.

A programação também foi marcada pela entrega da Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Erpen, concedida pelo CCOGE. Entre os homenageados estiveram o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça; a ministra Marluce Caldas Bezerra, também do STJ; além dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) Fábio Dutra, presidente da Associação Nacional de Desembargadores (ANDES); Jean Albert de Souza Saadi, presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB) e Cesar Felipe Cury, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

FOTOS CM



A desembargadora e corregedora do TJSP, Silva Rocha, com o desembargador Cláudio Brandão



Cláudio Brandão com os homenageados, os desembargadores Fábio Dutra (TJRJ), Fábio Ferrario (TJAL) e Anderson de Holanda (TJGO)



O desembargador Cláudio Brandão, corregedor TJRJ e presidente do CCOGE, com os homenageados: desembargadores César Cury TJRJ, Fábio Ferrario TJAL e Anderson de Holanda



Os desembargadores corregedores: Fábio Ferrario, Cláudio Brandão, Marcus Ferreira e Anderson de Holanda



O desembargador e corregedor-geral da Justiça de Alagoas, Fábio Ferrario, na abertura do ENCOGE



98 ENCOGE aconteceu em Maceió*

Ciência precisa **engajar jovens** para construir um futuro possível

Ilum Escola, em Campinas, enfrenta o desafio de agregar valor à carreira científica no Brasil

Por **Ana Carolina Martins**

DIVULGAÇÃO



Prédio onde funciona a Ilum Escola de Ciência, sediada no unidade de ensino superior gratuita e interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, abrigada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas

A formação de cientistas exige oportunidades de pesquisa e políticas que encantem e despertem o interesse das novas gerações pela ciência. Em um país que investe de modo intermitente muito menos em comparação às principais economias mundiais, iniciativas de aproximação com a prática científica também revelam o tamanho desse desafio.

A Ilum Escola de Ciência, unidade de ensino superior gratuita e interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, abrigada no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas, oferece um modelo educacional inovador, que coloca o estudante como protagonista de sua própria formação. E, recentemente, os futuros cientistas da Ilum passaram a contar com um microscópio eletrônico de transmissão (TEM), equipamento que permite observar materiais em escala nanométrica.

Anteriormente utilizado na unidade de Nanotecnologia do CNPEM, o JEOL TEM2100 será dedicado à graduação e ficará instalado no Laboratório Lise Meitner, que foi construído para recebê-lo.

Em vez de luz, o TEM é dotado de feixes de elétrons que produzem imagens de altíssima resolução, permitindo a investigação de materiais milhares de vezes menores que um fio de cabelo, além da observação e organização dos átomos, identificando a composição química, informações importantes para compreender as propriedades dos materiais e desenvolver tecnologias.

Ainda em fase de ajustes, o equipamento já analisa nanomateriais inorgânicos de cerca de 15 nanômetros e deverá ser incorporado à grade curricular em 2027. Segundo a professora Valéria Spolon Marangoni, coordenadora de laboratórios da escola, os jovens alunos poderão acompanhar desde a preparação das amostras até a obtenção e interpretação dos dados, em disciplinas experimentais, iniciação à pesquisa e projetos finais. A proposta prevê que eles participem das etapas da investigação, indo além do contato teórico com a técnica.

FORMAÇÃO DESAFIADORA

A inserção do TEM na grade da graduação ainda é pouco usual, segundo a instituição. Contudo, a infraestrutura é apenas uma parte da equação para efetivamente se produzir ciência. Os obstáculos começam antes da escolha profissional: faltam laboratórios, experimentação e contato com pesquisadores em muitas escolas. A orientação profissional raramente apresenta a pesquisa como uma possibilidade profissional concreta.

Para quem escolhe esse caminho, há outros tantos entraves: bolsas modestas, a conciliação do estudo com o trabalho, financiamento irregular e poucas perspectivas profissionais. A instabilidade obsta a continuidade das pesquisas e pode levar os pesquisadores mais qualificados a buscar oportunidades no exterior, na chamada "fuga de cérebros".

A diferença de prioridade aparece nos investimentos. Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação indicam que o Brasil destinou cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto à pesquisa e desenvolvimento em 2023, enquanto a Coreia do Sul aplicou aproximadamente 5%, a Alemanha 3,1% e a China 2,6%. Esse total de investimento precisa sustentar laboratórios, projetos e oportunidades para a formação e desenvolvimento de novos talentos.

Os valores das bolsas também dimensionam o tamanho do desafio nacional: a tabela do CNPq estabelece R$ 700 para iniciação científica, R$ 2,1 mil para mestrado e R$ 3,1 mil para doutorado.

UMA PORTA DE ENTRADA

A Ilum busca enfrentar parte dessas barreiras com o curso gratuito e integral e apoio que inclui moradia, alimentação, transporte, notebook, inglês e suporte psicológico. Para 2027, serão 40 vagas, sendo ao menos a metade reservada a estudantes de escolas públicas. As inscrições vão até o dia 15 de dezembro, às 18h, pelo site da instituição. A seleção considera a nota do Enem de 2025 ou de 2026 e uma carta de interesse, além de entrevistas.

O microscópio não resolve os entraves da ciência nacional, mas permite experimentar, desde a graduação, como se constrói o conhecimento. Para atrair jovens, iniciativas assim precisam de investimento contínuo, divulgação científica nas escolas, bolsas adequadas e perspectivas de carreira. A Ciência não se desenvolve apenas com equipamentos, ela depende de pessoas preparadas e, principalmente, valorizadas.

DIVULGAÇÃO



Jovens cientistas recém-formados realizam pesquisas e se aperfeiçoam na Ilum, que fica no município

Drones reforçaram monitoramento da Polícia Militar durante GP de São Paulo

Operação em Interlagos mobilizou mil policiais por dia e utilizou câmeras, drones e reconhecimento facial

GOVERNO DE SP



Drones da Polícia Militar monitoraram o público e os acessos ao Autódromo de Interlagos durante o GP de São Paulo de Fórmula 1.

Da **Redação**

A Polícia Militar de São Paulo utilizou oito drones para reforçar o monitoramento durante o Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1, realizado entre sexta-feira (6) e domingo (8), no Autódromo de Interlagos, na zona sul da capital. Os equipamentos integraram o sistema Olho de Águia, que permitiu acompanhar a movimentação do público, os acessos ao circuito e as estações de trem próximas ao evento.

Os drones possuem capacidade de captar imagens a até 2,5 quilômetros de distância, permitindo identificar situações de risco e orientar o trabalho dos policiais em solo. A tecnologia ampliou o campo de visão das equipes, principalmente em locais de grande concentração de pessoas e nas vias utilizadas pelos espectadores.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), o monitoramento aéreo foi empregado como ferramenta de prevenção. As imagens auxiliaram as equipes responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela organização do trânsito.

O sistema Olho de Águia também é utilizado pela corporação em outras operações. As imagens são acompanhadas pelo Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), responsável por coordenar o atendimento de ocorrências e o deslocamento das equipes.

Além de grandes eventos, os equipamentos podem auxiliar na localização de procurados pela Justiça, no combate ao tráfico de drogas, em investigações de roubos de cargas e em operações de busca e salvamento.

De acordo com o comandante do 27º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, tenente-coronel Denílson Allyson Corrêa, a tecnologia permite identificar antecipadamente situações que possam comprometer a segurança em eventos com grande circulação de pessoas.

MIL POLICIAIS

O esquema de segurança contou com aproximadamente mil policiais militares por dia, além de 220 veículos, entre viaturas e motocicletas. A operação começou em 27 de outubro, durante a montagem das estruturas, e tem encerramento previsto para 11 de novembro, após a desmontagem. O policiamento foi distribuído pelo entorno de Interlagos, com reforço nos acessos ao autódromo. Unidades especializadas da PM, incluindo a Rota, o Comando de Operações Especiais (COE), o Gate e equipes de policiamento montado, participaram da mobilização.

Outro recurso utilizado foi o programa Muralha Paulista, que reúne 448 sensores em um raio de dois quilômetros do autódromo. Desse total, 113 possuem tecnologia de reconhecimento facial e 96 fazem leitura de placas de veículos. O sistema permite cruzar informações com bancos de dados policiais para auxiliar na identificação de pessoas procuradas pela Justiça e veículos relacionados a crimes.

A segurança também contou com o helicóptero Águia, que realizou o acompanhamento aéreo da região, complementando o trabalho dos drones e das equipes posicionadas nas ruas. Ao todo, 38 policiais civis foram mobilizados, entre delegados, investigadores e escrivães. O atendimento contou com profissionais que falam outros idiomas, além de policiais mulheres capacitadas para acolher vítimas.

O Corpo de Bombeiros também integrou a operação.

Governo de SP soma R$ 495 milhões em investimentos nas rodovias Castello Branco e Raposo Tavares

FOTO: DIVULGAÇÃO / GOVERNO DE SP



Desde 2025, foram recuperados 105 quilômetros de faixas de rolamento

Da **Redação**

As rodovias Castello Branco (SP-280) e Raposo Tavares (SP-270) receberam R$ 495,4 milhões em investimentos entre março de 2025, início da concessão da Nova Raposo, e 31 de outubro de 2026. Os recursos foram aplicados na recuperação do pavimento, sinalização, iluminação e monitoramento.

No período, foram recuperados 105 quilômetros de faixas de rolamento, com mais de 35 mil toneladas de concreto asfáltico. Também receberam pintura 793 quilômetros de faixas de sinalização e foram instaladas 1.587 placas.

Até o fim do ano, o trecho já contará com 183 câmeras de monitoramento. Duas viaturas com videomonitoramento em tempo real estão conectadas ao Centro de Controle Operacional. Também será implantado um sistema com Detecção Automática de Incidentes, para identificar veículos parados e objetos na pista e agilizar o atendimento.

Na Raposo Tavares, duas câmeras com inteligência artificial, nos quilômetros 17 e 18, identificam infrações como falta do cinto de segurança e uso de celular ao volante. As autuações, sob responsabilidade da Polícia Militar Rodoviária, começaram em 3 de agosto de 2026. Nos trechos monitorados, os acidentes caíram 22% em julho e agosto, ante o mesmo período de 2025.

A concessão, coordenada pelo Governo de São Paulo e fiscalizada pela Artesp, prevê R$ 8 bilhões em investimentos em 30 anos. O contrato inclui 78 quilômetros de faixas adicionais, 22 quilômetros de duplicações e 43 quilômetros de vias marginais, além de novos acessos, passarelas e pontos de ônibus.

Está prevista a ligação entre Cotia e Embu das Artes, com 16 quilômetros, ampliando de oito para dez o número de municípios atendidos. No início da concessão, em 2025, as tarifas tiveram redução de 30%.

Cidade de São Paulo garante Grande Prêmio de F1 até 2035

Contrato prorroga por cinco anos a realização da corrida em Interlagos

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Com investimentos recordes de R$ 500 milhões na modernização de Interlagos, evento projeta a imagem da capital para mais de 180 países

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

São Paulo vai sediar a Fórmula 1 até 2035 após a renovação antecipada do contrato para a realização do Grande Prêmio no Autódromo de Interlagos, na zona sul da capital. O acordo, anunciado no sábado (7) durante o fim de semana da etapa brasileira de 2026, acrescenta cinco temporadas ao prazo anterior, que terminava em 2030.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) anunciou a prorrogação ao lado de Stefano Domenicali, presidente da Fórmula 1, e de Alan Adler, diretor-executivo do GP de São Paulo. Com a extensão, o circuito seguirá no calendário de 2031 a 2035. Para 2027, a etapa paulistana já está prevista para ocorrer de 5 a 7 de novembro.

A Fórmula 1 informou que a Prefeitura continuará a investir no autódromo como parte do acordo. O comunicado da categoria e a nota da administração municipal sobre a renovação não detalham os valores previstos para essa etapa do contrato. Domenicali mencionou a necessidade de seguir modernizando a pista e as instalações. Adler afirmou que a ampliação do prazo permite à organização planejar mudanças para as próximas edições.

Segundo a Prefeitura, R$ 500 milhões já foram aplicados na modernização do Autódromo José Carlos Pace. As intervenções incluíram o recapeamento da pista, a reforma dos boxes e a construção de um centro de hospitalidade de 22 mil metros quadrados, com capacidade para 6 mil pessoas. As arquibancadas de três setores ganharam 7.812 assentos. A estimativa é que a capacidade diária do evento passe de 97 mil para 110 mil espectadores.

No entorno do circuito, a Prefeitura também informou a requalificação de 9,1 quilômetros do corredor que passa pelas avenidas Interlagos e Senador Teotônio Vilela, ao custo de R$ 100,5 milhões. Outra intervenção citada pela gestão é a duplicação da Ponte Jurubatuba, com investimento previsto de R$ 57,9 milhões. Na edição de 2025 do GP, 68% do público chegou ao autódromo por transporte coletivo, de acordo com a administração municipal.

Dados divulgados pela Fórmula 1 apontam que o GP de 2025 registrou 303.627 espectadores ao longo da programação, ante 291.717 no ano anterior. A categoria estimou em R$ 2,3 bilhões o impacto econômico da edição de 2025, alta de 9,7% em relação a 2024. No anúncio da renovação, Nunes também mencionou a geração de 25 mil empregos e apontou hotelaria, alimentação e transporte entre as atividades movimentadas pela prova.

A edição de 2026 da Fórmula 1 tem programação até domingo (8). Além das atividades da Fórmula 1, o autódromo recebe provas da Fórmula 4 e da Porsche Cup. A Prefeitura montou uma operação de trânsito e transporte público para o evento e incluiu entre as medidas de acessibilidade a oferta de vans adaptadas gratuitas e atendimento em Libras.

O traçado de Interlagos tem 4,309 quilômetros e 15 curvas. O nome oficial do autódromo homenageia José Carlos Pace, vencedor da prova de 1975. O circuito faz parte da história da categoria há mais de cinco décadas e recebeu decisões do Mundial de Pilotos, como a de 2007, quando Kimi Räikkönen conquistou o título na corrida que encerrou a temporada.

No ano seguinte, Felipe Massa venceu a etapa brasileira, mas Lewis Hamilton conquistou o campeonato ao ganhar a posição de que precisava na última volta. Ayrton Senna, que venceu em Interlagos em 1991, é um dos personagens retratados no mural do artista Eduardo Kobra inaugurado no autódromo em 29 de outubro. A obra tem cerca de 2 mil metros quadrados e reúne também trabalhadores e referências à arquitetura paulistana.

Zona sul debate orçamento de R$ 146,5 bi para 2027

Da **Redação**

Moradores da zona sul da capital paulista cobraram investimentos em saúde, drenagem e transporte durante audiência sobre o Orçamento de 2027, no sábado (7), no CEU Casa Blanca, no bairro Vila das Belezas. O texto da Prefeitura de São Paulo, em análise na Câmara Municipal, prevê R$ 146,5 bilhões.

A reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara envolveu nove subprefeituras. O debate incluiu o Orçamento Cidadão, com previsão de R$ 320 milhões, distribuídos igualmente entre as 32 subprefeituras, para obras e serviços escolhidos pela população.

Entre as reivindicações dos moradores estavam recapeamento no Parque do Lago, intervenções contra alagamentos na Estrada da Baronesa, além de ressonância magnética no Hospital Jabaquara e um hospital no Capão Redondo. Participantes também pediram abrigos acessíveis nos pontos de ônibus de Chácara Santana e ampliação do atendimento domiciliar a idosos.

O presidente da comissão, João Ananias (PT), defendeu a descentralização dos investimentos. Silvinho Leite (União) questionou os critérios de distribuição e o cronograma de execução. Representantes do Executivo disseram que as demandas serão avaliadas. As sugestões podem resultar em emendas ao projeto.

O debate integra a discussão do PL 752/2026, que estabelece a Lei Orçamentária Anual. A proposta também foi tema de audiência sobre habitação na quinta-feira (5), com representantes das áreas de Habitação, Urbanismo e Licenciamento e do Programa Mananciais.

RICHARD LOURENÇO | REDE CÂMARA SP



O encontro faz parte do calendário de 20 audiências públicas

Naquela reunião, foram apresentados R$ 1,3 bilhão previstos para a Secretaria Municipal de Habitação, R$ 221,3 milhões para a Cohab e R$ 109,1 milhões para o Fundo Municipal de Habitação. A discussão abordou ainda urbanização de favelas, regularização fundiária e atendimento habitacional.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Câmara recebe contribuições sobre o uso dos recursos municipais. Nas audiências realizadas no Palácio Anchieta, os interessados podem participar presencialmente, por videoconferência ou por formulário digital. Nos encontros externos, as opções são comparecer ao local ou enviar sugestões pelo formulário.

A participação permite apresentar demandas sobre serviços e investimentos de diferentes áreas, como saúde, educação, transporte, cultura e infraestrutura, durante a análise da proposta orçamentária.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE** (estagiário) **E RAFAEL CHINAGLIA**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE OSASCO



Legislação sobre o tema e denominação de arena foram sancionadas

Corredores terão direito a isenção nas competições em Osasco

Osasco passou a conceder isenção total ou parcial da taxa de inscrição em corridas de rua promovidas por entidades privadas a atletas de baixa renda. A medida está prevista na Lei nº 5.545, sancionada pelo prefeito Gerson Pessoa (Podemos) em 29 de outubro e publicada na Imprensa em 3 de novembro. De autoria do vereador Laércio Mendonça (PDT), a lei reserva pelo menos 10% das vagas a pessoas inscritas no CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com isenção integral ou parcial da taxa. A proposta amplia o acesso às provas e reduzir o impacto dos custos de inscrição. Outra lei publicada na edição denomina a Arena Esportiva do Jaguaribe como Antônio Soares dos Santos. A homenagem ao morador do bairro, falecido em 1975, foi instituída pela Lei nº 5.544/2026, originada do Projeto de Lei nº 85/2026, apresentado pelo vereador Josias da Juco (PSD).

Arujá institui reabilitação de agressores

Arujá instituiu o programa "E agora, José", voltado à educação de homens autores de violência doméstica contra a mulher. A Lei Municipal 3.884, proposta pela ex-vereadora Dalvana Penha (Republicanos), foi sancionada e está em vigor. A iniciativa busca estimular a responsabilização dos agressores e a reflexão sobre comportamentos que naturalizam a violência e a desigualdade de gênero. A participação não elimina a responsabilização legal nem autoriza, em nenhuma hipótese, a reaproximação com a vítima.

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA DE ARUJÁ



Projeto de Lei foi proposto pela ex-vereadora Dalvana Penha

Cassação contra vereador é rejeitada em Mogi

A Câmara de Mogi das Cruzes rejeitou, na quarta-feira (4), os três pedidos de cassação contra o vereador Felipe Lintz (PL). Dois foram apresentados por Gustavo Don, do Fórum Mogiano LGBT+, por supostas ofensas verbais e declarações sobre Erika Hilton. O terceiro, do ex-vereador Jorge Valverde, apontou quebra de decoro por incentivo a boicote de comerciantes por posições políticas. Lintz negou irregularidades e afirmou que não foram apresentadas provas. Os pedidos serão arquivados após decisão do plenário.

São Bernardo faz operação contra pesca predatória

A Guarda Ambiental da GCM iniciou a Operação Defeso para coibir a pesca predatória na Represa Billings durante a reprodução dos peixes. Entre 1º de novembro e 28 de fevereiro de 2027, a captura de espécies nativas fica proibida. No terceiro dia, três homens foram multados em R$ 15,4 mil no Finco, em área do Parque Estadual da Serra do Mar. A equipe apreendeu embarcação, tarrafas e rede de emalhar.

Osasco

Denis Young Kim, de 43 anos, investigado por tentativa de homicídio contra um idoso de 79 anos em Osasco, foi preso temporariamente. Ele se apresentou acompanhado de advogado no 99º Distrito Policial, na zona sul da capital. A agressão ocorreu em 30 de outubro e foi filmada. A vítima sofreu grave traumatismo cranioencefálico.

Guarulhos

Guarulhos troca a tubulação de uma vala de drenagem na rua Eloete Aparecida Ramos. Um dos ramais estava comprometido e obstruído, dificultando a limpeza. O serviço, coordenado pela Regional São João, termina na próxima semana, se não houver chuva. A estrutura integra a rede de drenagem e desemboca no córrego Ribeirão dos Lavras.

Santo André

Santo André atualizou as regras de licenciamento ambiental pelo Decreto, publicado pelo Semasa. A norma revoga o decreto de 2023 e se adequa à Lei Federal. Entre as mudanças estão novos tipos de licença, documentação completa no protocolo e prazo de 90 dias para atender exigências técnicas. Também prevê cadastro ambiental local.

Ferraz de Vasconcelos

O programa "Empresa Amiga do Autista" prevê certificação voluntária e gratuita a organizações de Ferraz que promovam a inclusão de pessoas com TEA. Para receber o selo, será necessário contratar profissionais autistas, oferecer acessibilidade, capacitar equipes, adaptar ambientes e adotar atendimento humanizado.

Taboão da Serra

A Câmara de Taboão aprovou por unanimidade o PL 120/2026, que exige das empresas responsáveis por obras subterrâneas a aplicação do dobro de malha asfáltica na recuperação das vias. A proposta altera a Lei nº 2.525/2025 e busca aumentar a durabilidade dos reparos e evitar novos buracos. A proposta segue para análise do Executivo.

Carapicuíba

O vereador Fabricio Souza (Republicanos) solicitou o reforço das rondas da Guarda Municipal nas proximidades do Viaduto Corredor Oeste, em Carapicuíba. O pedido inclui as avenidas Eduardo Cunha e Francisco Pignatari e a Rua Paulo Macalão, inclusive aos fins de semana. A indicação atende a relatos de insegurança dos moradores.

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA DE SANTO ANDRÉ



Moinho São Jorge, tarifa zero e unidades de saúde estiveram entre os temas.

Câmara de Santo André debate transporte, saúde e segurança

Vereadores também cobraram melhorias na infraestrutura e nos serviços públicos.

Da **Redação**

As 67ª e 68ª Sessões Ordinárias da Câmara de Santo André, realizadas na terça-feira (3), tiveram debates sobre guinchamentos, tarifa zero, saúde, infraestrutura, segurança e impostos.

Ricardo Alvarez (PSOL) questionou o aumento dos veículos guinchados desde 2022 e relatou cobrança de taxas em um caso no qual o automóvel ficou apreendido por menos de um dia. Também informou que o segundo leilão do Moinho São Jorge não teve interessados e sugeriu negociação entre Prefeitura, governo federal e UFABC para destinar o imóvel à universidade, com preservação do patrimônio histórico.

Clóvis Girardi (PT) defendeu a tarifa zero no transporte público e pediu gratuidade nos dias do Enem, com manutenção da frota.

Denis Gambá (Solidariedade) apontou falta de leitos para recuperação no Hospital Veterinário Municipal e ausência de cobertura na recepção. Renatinho também reconheceu contratações de fisioterapeutas pélvicas e compra de medicamentos para endometriose. Renatinho Santiago (Avante) cobrou recursos estaduais para cirurgias de endometriose no Hospital Mário Covas e agilidade no CROSS.

Bahia do Lava Rápido (PSDB) pediu revitalização da Rua Cruz de Malta, limpeza de escadões e instalação de árvore de Natal na Vila Luzita. Dandan (Avante) e Wagner Lima (PT) alertaram para escorpiões em ruas dos jardins Santo André e Alzira Franco. Denis Gambá pediu estudos para ampliar o Circular da Saúde até o Hospital da Mulher.

Bahia pediu reforço policial. Tiago Nogueira (PT) informou que comerciantes do Humaitá pediram estudos sobre vagas de estacionamento.

Daniel Buissa (Podemos) criticou a alíquota prevista para a CBS e anunciou moção de repúdio. William Lago (PL) e Carlos Ferreira (MDB) apresentaram moção contra declarações do youtuber Helder Maldonado sobre bandeiras de Israel em templos evangélicos.

Renatinho denunciou golpes de pessoas que se passam por funcionários do Hospital CHM e pediu reforma da unidade da Vila Humaitá. Nino Brandão (Avante) citou o complexo vereadora Marilda Brandão, que terá parque, playground e espaço pet. Houve pedidos por serviços.

Álcool, velocidade e falta de habilitação lideram causas de mortes no trânsito em 2026

Balanço da Emdec analisou 19 casos entre os 35 óbitos registrados em vias urbanas até setembro

EMDEC/DIVULGAÇÃO



189 blitzes integradas identificaram 6,7 mil condutas de risco e realizaram 19 mil testes com bafômetros

Da **Redação**

O uso de álcool na direção, o excesso de velocidade e a falta de habilitação estão entre os principais fatores de risco associados às mortes no trânsito em Campinas em 2026. Levantamento da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) identificou oito sinistros fatais relacionados ao consumo de bebida alcoólica e sete envolvendo abuso de velocidade e falta de habilitação, entre os 19 casos que tiveram as causas analisadas. O município registrou 35 mortes em vias urbanas até setembro.

Os dados são do Boletim Informativo de Óbitos no Trânsito e, juntos, os três fatores de risco vitimaram 14 pessoas, considerando que um mesmo caso analisado pode ter mais de uma causa envolvida.

O topo do ranking é ocupado pelo fator que, em 2025, já havia causado 21 mortes. A combinação de bebida e direção aparece em oito dos casos fatais neste ano e alcança 42% do total analisado.

O abuso de velocidade subiu para a segunda posição e está presente em sete casos analisados em 2026 – 37% do total. No ano passado, 32 sinistros fatais foram causados pela velocidade excessiva em vias urbanas.

Empatado na segunda posição aparece a falta de habilitação, também presente em sete dos casos analisados. No ano passado, foram dez casos fatais associados à ausência da CNH.

Chamam a atenção ainda fatores associados à imprudência, como a falta de capacete (dois casos) e o avanço semafórico, a circulação na contramão e a direção perigosa, com um caso cada.

Confira o ranking com as condutas que mais mataram no trânsito em 2026, entre os 19 casos analisados. Pode haver mais de um fator de risco identificado em um único sinistro: 1. Álcool na direção: 8 casos (42%). 2. Velocidade: 7 casos (37%); Falta de habilitação: 7 casos (37%). 3. Falta de capacete / Violência urbana / Infraestrutura / Evitabilidade: 2 casos cada (11%). 4. Desrespeito à sinalização (avanço de semáforo) / Transitar na contramão / Uso de drogas ou medicamentos / Direção perigosa / Linha de cerol / Veículo em condições inadequadas / Comportamento de pedestre: 1 caso cada (5%).

Álcool, velocidade e falta de habilitação: mais de 383 mil infrações em 2026

Os fatores que mais causaram mortes no trânsito também aparecem entre os comportamentos de risco que mais geram autuações, tanto pelos radares e câmeras de fiscalização remota quanto pelos agentes da mobilidade urbana em campo. Veja o balanço destas infrações até outubro de 2026: velocidade: 382,3 mil condutas de risco; avanço semafórico: 93,5 mil condutas de risco; álcool na direção: 418 infrações por recusa e 31 por direção sob influência de álcool; falta de habilitação: 649 condutas de risco; falta de capacete: 204 condutas de risco (condutor) e 75 (garupa).

Os números consideram as infrações que efetivamente foram convertidas em penalidades, após os períodos de recursos.

Para combater as condutas de risco no trânsito, a Emdec promove ações preventivas permanentes, que envolvem: 189 blitzes integradas identificaram 6,7 mil condutas de risco e realizaram 19 mil testes com bafômetros; 10 novos radares em pontos críticos / 154 pontos ativos; 9 novas câmeras de fiscalização remota / 25 pontos ativos; 268 ações educativas e duas campanhas de segurança viária (álcool e proteção aos pedestres).

Agricultores fazem adubo com resíduo orgânico

Da **Redação**

A Prefeitura de Campinas promoveu uma oficina na Horta da Maria Cícera, nos Amarais, para orientar agricultores cadastrados no Programa Campinas Solidária e Sustentável sobre o reaproveitamento de resíduos orgânicos. Durante a atividade, realizada na quarta-feira, 4 de novembro, os participantes aprenderam a montar uma composteira coletiva e a transformar restos vegetais em adubo para uso nas próprias hortas.

O encontro foi organizado pelo Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com consultoria técnica da organização Pé de Feijão e apoio financeiro da fundação The Pollination Project. A proposta foi apresentar uma alternativa prática para reduzir o descarte de orgânicos no lixo comum e fortalecer a produção de alimentos nas áreas urbanas de Campinas.

Os participantes conheceram o Método UFSC, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina. A técnica utiliza uma caixa d'água como base da composteira e trabalha com aeração passiva, permitindo a circulação de ar entre os resíduos sem precisar revirar o material, o que simplifica a manutenção do sistema.

Na montagem, foram usados insumos disponíveis na própria região, como folhas secas, restos vegetais, palha e poda triturada.

DIVULGAÇÃO



Uma nova oficina está marcada para 21 de novembro, no Jardim Campineiro

Esse tipo de reaproveitamento torna a estrutura mais acessível e ajuda a adaptar a compostagem à realidade das hortas comunitárias, com baixo custo e uso de materiais que normalmente seriam descartados.

O composto gerado pode ser aplicado nas hortas para melhorar a estrutura e a fertilidade do solo, além de aumentar a capacidade de retenção de água. Na avaliação da secretária de Desenvolvimento e Assistência Social, Vandecleya Moro, a compostagem resolve dois problemas ao mesmo tempo: reduz o volume de resíduo orgânico e devolve nutrientes para a terra.

Morungaba terá travessia em estrada rural com verba estadual

Convênio prevê R$ 642 mil do Estado e prazo de 90 dias para execução da obra

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE MORUNGABA



Convênio foi assinado pelo prefeito Luis Fernando Miguel no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo

Da **Redação**

Morungaba firmou convênio de R$ 676,7 mil com o Governo de São Paulo para construir uma nova travessia em aduelas na Estrada Municipal Benedito Olegário Schiavatto, no bairro dos Silvas. O acordo foi assinado, pelo prefeito Luis Fernando Miguel, no Palácio dos Bandeirantes, na capital. Do total previsto, R$ 642.957,28 serão repassados pelo Estado, por meio da Casa Militar e da Defesa Civil, enquanto o município entrará com contrapartida de R$ 33.839,86.

A intervenção pretende recuperar a passagem existente, construída na década de 1980 e que apresenta sinais de desgaste. Segundo as informações do convênio, as condições da estrutura foram agravadas pelas chuvas dos últimos períodos e pelo tráfego intenso de veículos pesados. Vistorias técnicas apontaram cedimentos e comprometimentos que representam risco à segurança de quem utiliza a via.

A estrada é uma ligação entre Morungaba, Bragança Paulista e Itatiba e atende moradores de diferentes localidades rurais, produtores, veículos de transporte e caminhões de carga. Com a construção da travessia, a expectativa é melhorar as condições de circulação e reduzir os riscos de interrupção do tráfego, especialmente em períodos de chuva intensa.

A obra também deverá favorecer o transporte escolar, o acesso da população a serviços essenciais e o escoamento da produção agrícola. A estrutura atual, conforme a justificativa apresentada pela administração municipal, exige uma intervenção para garantir melhores condições de mobilidade e segurança aos usuários da estrada.

O plano de trabalho estabelece que a execução deverá começar em até 30 dias após a assinatura do convênio. O prazo previsto para a conclusão é de 90 dias. O material divulgado, porém, não informa uma data específica para o início dos trabalhos nem detalha eventuais alterações no trânsito durante a execução.

O Estado responderá por aproximadamente 95% do custo, enquanto a contrapartida municipal corresponde aos 5% restantes. O convênio destina os recursos à implantação da travessia na estrada rural, sem detalhar as etapas de execução ou o cronograma físico da intervenção em si.

A assinatura ocorreu durante cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, que reuniu representantes do Governo do Estado e de municípios paulistas para formalizar novos acordos voltados à prevenção de riscos e à melhoria da infraestrutura.

De acordo com a Agência de Notícias do Governo de São Paulo, o pacote anunciado contempla 25 novos convênios e 11 intervenções já concluídas, com investimento total de R$ 23,8 milhões e alcance de 36 municípios. As ações integram a política estadual de prevenção e mitigação de riscos e desastres, com foco no fortalecimento da infraestrutura urbana e rural e na redução dos impactos provocados por chuvas intensas.

Com 35 ônibus zero-quilômetro, Valinhos garante que a frota é a mais nova de SP

DIVULGAÇÃO / PREFEITURA DE VALINHOS



Novos veículos oferecem mais conforto, segurança e tecnologia aos usuários

Da **Redação**

Valinhos chegou a 35 ônibus zero quilômetro incorporados ao transporte público desde janeiro de 2025, após receber mais 11 veículos. A Prefeitura afirma que a frota é a mais nova do Estado de São Paulo e uma das mais novas do Brasil. A renovação integra um pacote de melhorias que inclui redução da tarifa passando de R$ 4,70 para R$ 3,70, gratuidade aos domingos e feriados e ampliação de benefícios para idosos e pessoas com deficiência.

Os estudantes pagam meia tarifa, de R$ 1,85. A gratuidade também contempla pessoas com Transtorno do Espectro Autista e seus acompanhantes, conforme os critérios municipais, além de idosos de 60 a 64 anos, sem exigência de renda ou distinção de sexo, e pessoas com deficiência.

O sistema conta ainda com GPS para acompanhar os ônibus em tempo real, painéis eletrônicos no Terminal Rodoviário com informações sobre chegadas e partidas, internet gratuita e integração que permite retornar em até duas horas sem pagar outra passagem.

A renovação dos veículos integra as obrigações da concessionária responsável pelo serviço e é acompanhada e fiscalizada pela Prefeitura, que também monitora a qualidade, a pontualidade, a segurança e a manutenção da frota. Segundo o secretário de Mobilidade Urbana, a gestão intensificou a cobrança pela renovação da frota e seguirá fiscalizando o serviço para garantir melhorias.

Indaiatuba reforça Defesa Civil com nova viatura equipada

Da **Redação**

A Defesa Civil de Indaiatuba recebeu uma nova viatura para reforçar as ações de prevenção e combate a incêndios em áreas de vegetação. O veículo, uma caminhonete Chevrolet S10, ganhou investimento de R$316.469,82 e conta com tanque de 600 litros de água, 100 metros de mangueira, motor a diesel de 5 HP e bomba de pressurização. A estrutura também permite o uso de Líquido Gerador de Espuma, conforme a necessidade das ocorrências.

A aquisição busca ampliar a capacidade de resposta das equipes e preparar o município para situações de emergência, especialmente diante de condições climáticas adversas previstas com a chegada do El Niño. O veículo foi entregue pelo prefeito Dr. Custódio Tavares ao secretário de Segurança Pública, e ao coordenador da Defesa Civil.

Segundo a Prefeitura, o reforço oferece melhores condições de trabalho aos agentes e amplia a atuação em campo, tanto nas ações preventivas quanto no atendimento a incêndios florestais. A medida integra os investimentos na estrutura de proteção da população e no enfrentamento de ocorrências que possam colocar vidas e patrimônios em risco. O conjunto foi adaptado para operações em campo, com chassi reforçado e sistema de combate ao fogo. A configuração permite atuação em diferentes ocorrências e apoio às equipes da cidade.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE INDAIATUBA



A caminhonete conta com tanque e equipamentos para incêndios

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Fazenda ou Casa Civil

Num calor do verão de março de 2009, na cidade de Cabo Frio, Lula e eu estávamos no palco para a inauguração do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF).

Ao microfone, fazia seu discurso o ministro da Educação, Fernando Haddad.

"Presidente, esse aí, além de qualificado como gestor, pode se tornar um grande quadro político do PT de São Paulo", disse ao presidente Lula, que me olhou meio cético. E me perguntou: "Será que ele quer ser político?" Eu disse que tinha certeza do seu desejo.

Após fazer um excelente trabalho à frente do Ministério da Educação, de julho de 2005 a janeiro de 2012, deixando um legado que até hoje é lembrado — basta ver como todas as políticas educacionais da dupla Lula-Haddad foram lembradas durante a campanha eleitoral como grandes trunfos dos governos Lula, com exceção do Pé-de-Meia, da gestão Lula-Camilo.

Haddad deixa o ministério para disputar a prefeitura de São Paulo, em 2012, e vence a eleição. Apesar de toda a conturbação das ruas com as manifestações de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, Fernando Haddad realizou uma ótima gestão na cidade de São Paulo, com legados importantes, tanto em políticas sociais como urbanísticas.

Em 2018, após o impedimento de Lula, preso na PF de Curitiba pela famigerada Operação Lava Jato, Haddad foi levado a ser candidato à Presidência da República já em setembro, dias depois do atentado sofrido por Jair Bolsonaro, em Juiz de Fora. O país se comoveu com o candidato Bolsonaro ferido de maneira tão violenta e cruel por um psicopata. Jair venceu sem ir a um debate sequer após o atentado.

Em 2022, foi para o sacrifício de uma dura disputa com Tarcísio de Freitas. A maioria do eleitorado do estado de São Paulo votou em Bolsonaro, Tarcísio e no astronauta Marcos Pontes. Mas Bolsonaro perdeu a eleição para Lula.

A herança da contabilidade pública da República deixada por Jair Bolsonaro era de caos. Fernando Haddad assumiu o Ministério da Fazenda com uma equipe qualificada e, em quatro anos, junto com Lula, fez o PIB brasileiro crescer, alcançar um nível baixo de desemprego, avançar com políticas sociais inclusivas e enfrentar a fúria bestial de Trump com equilíbrio e soberania.

Esse ano, foi, mais uma vez, para o sacrifício. Enfrentou a reeleição de Tarcísio e foi fundamental para manter nas ruas de São Paulo o nome de Lula junto aos militantes e eleitores.

Lula 4 não pode deixar de ter Fernando Haddad em lugar-chave para a gestão do governo e do país. Só me vêm dois lugares onde isso é possível: na Fazenda ou na Casa Civil. Não só Lula ganha, mas ganhamos nós, brasileiras e brasileiros.

JOÃO BADARI

Advogado especialista em Direito Previdenciário

Lula ganhou mais quatro anos, mas a Previdência não pode esperar tanto tempo

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa uma nova oportunidade para enfrentar problemas históricos da Previdência Social brasileira. Mais do que renovar expectativas, porém, o novo mandato precisa apresentar soluções concretas para questões que permaneceram sem respostas satisfatórias nos últimos anos.

O terceiro mandato de Lula alimentou expectativas de fortalecimento da proteção social. Apesar de iniciativas importantes, entretanto, problemas estruturais continuaram presentes na vida de milhões de brasileiros. A demora na concessão de benefícios, as dificuldades nas perícias médicas, a excessiva judicialização e as fragilidades dos mecanismos de fiscalização demonstram que ainda existe uma distância considerável entre os direitos assegurados pela Constituição e sua efetiva concretização.

A primeira cobrança diz respeito ao funcionamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Não é razoável que trabalhadores incapacitados, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade precisem aguardar meses para receber benefícios essenciais à própria sobrevivência.

Embora tenham ocorrido avanços na redução dos prazos de análise, a eficiência administrativa não pode ser medida apenas pela quantidade de requerimentos concluídos. É necessário garantir decisões corretas, devidamente fundamentadas e proferidas em tempo razoável.

Outro desafio é a excessiva judicialização previdenciária. Milhares de brasileiros precisam recorrer à Justiça para obter direitos que poderiam ser reconhecidos administrativamente. Indeferimentos equivocados, interpretações restritivas da legislação e falhas na avaliação das provas contribuem para sobrecarregar o Poder Judiciário e prolongar o sofrimento dos segurados.

O INSS precisa deixar de transferir à Justiça a responsabilidade por decisões que deveria tomar corretamente.

Existe, ainda, uma questão especialmente sensível, que exige uma mudança de postura do governo federal: sua atuação nos grandes julgamentos previdenciários do Supremo Tribunal Federal (STF).

A União tem o legítimo direito de defender suas posições jurídicas e os interesses financeiros do Estado. Entretanto, é necessário refletir sobre os limites de uma atuação que, em controvérsias envolvendo direitos sociais, frequentemente privilegia argumentos econômicos em detrimento da proteção dos segurados.

Os julgamentos da Revisão da Vida Toda e da discussão sobre o cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente exemplificam essa preocupação. Em ambos os casos, prevaleceram entendimentos desfavoráveis a segurados que buscavam uma proteção previdenciária mais ampla.

Não se pretende atribuir ao Poder Executivo a responsabilidade pelas decisões do Supremo, cuja independência deve ser preservada. Tampouco se questiona o direito da União de participar dos processos. O que se espera é que o governo reavalie suas estratégias de atuação judicial, evitando transformar a contenção de despesas previdenciárias no objetivo predominante de sua defesa jurídica.

No caso da Revisão da Vida Toda, é importante que o tema continue sendo discutido no Congresso Nacional. A aprovação de uma proposta legislativa que assegure tratamento justo aos aposentados afetados pelas regras de cálculo dos benefícios poderá representar um caminho para enfrentar as controvérsias que marcaram essa discussão.

É contraditório defender publicamente a ampliação da proteção social e, ao mesmo tempo, sustentar em juízo interpretações que restringem direitos de aposentados e trabalhadores incapacitados.

A responsabilidade fiscal é necessária, mas não pode ser o único parâmetro para a condução de um sistema constitucional fundamentado na dignidade humana e na solidariedade social.

Outra prioridade inadiável é o combate às fraudes contra aposentados e pensionistas. As investigações sobre descontos associativos indevidos em benefícios do INSS evidenciaram vulnerabilidades nos mecanismos de fiscalização e controle. Pessoas que trabalharam durante décadas tiveram parte de sua renda comprometida por cobranças que não autorizaram.

É inadmissível que justamente aqueles que deveriam receber maior proteção do Estado sejam expostos a práticas dessa natureza.

O próximo governo precisa fortalecer os instrumentos de prevenção, ampliar a transparência dos descontos realizados nos benefícios e garantir fiscalização permanente das entidades que mantêm relações com a Previdência Social.

Fiscalizar, entretanto, não basta. É indispensável que as investigações avancem, que os responsáveis sejam identificados e que, comprovadas as condutas ilícitas, sejam aplicadas as sanções administrativas, civis e criminais cabíveis, com respeito ao devido processo legal.

A responsabilização deve alcançar todos os envolvidos, independentemente de vínculos políticos, posições institucionais ou interesses econômicos. Também é fundamental recuperar os recursos desviados e assegurar a reparação dos prejuízos suportados pelas vítimas.

A proteção dos aposentados não pode se limitar a discursos de indignação quando os escândalos se tornam públicos. Ela exige fiscalização eficiente, transparência e consequências concretas para quem viola seus direitos.

O novo mandato também oferece a oportunidade de discutir os efeitos da Reforma da Previdência de 2019. Passados sete anos de sua aprovação, é necessário avaliar criticamente as consequências das novas regras, especialmente para trabalhadores expostos a agentes nocivos, pessoas com deficiência, mulheres e segurados que enfrentam maiores dificuldades para manter contribuições regulares.

A sustentabilidade financeira do sistema é indispensável, mas não pode ser buscada exclusivamente por meio da redução de direitos. O equilíbrio previdenciário também depende do combate à sonegação, da recuperação de créditos, da melhoria da gestão e do fortalecimento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização.

A valorização das aposentadorias constitui outro compromisso que precisa ser reafirmado. O salário mínimo deve continuar representando uma garantia de proteção para milhões de beneficiários, enquanto aqueles que recebem valores superiores ao piso precisam ter seu poder de compra preservado.

É importante lembrar que os recursos previdenciários também movimentam a economia. Eles retornam aos supermercados, às farmácias, ao comércio e aos serviços, impulsionando especialmente os pequenos municípios brasileiros. A Previdência Social não representa apenas uma despesa pública, mas também um instrumento de distribuição de renda e desenvolvimento econômico.

Essas cobranças não representam oposição ao governo eleito. São exigências legítimas dirigidas a quem recebeu novamente a responsabilidade de administrar o país.

A reeleição não apaga os problemas do mandato anterior, tampouco autoriza que permaneçam sem solução. O resultado das urnas renova a responsabilidade do governante perante toda a sociedade, inclusive diante daqueles que não lhe confiaram o voto.

A Previdência Social não pertence a Lula, ao Partido dos Trabalhadores ou a qualquer outra força política. É uma política de Estado, construída ao longo de décadas e destinada a proteger trabalhadores e suas famílias nos momentos de maior vulnerabilidade.

Por isso, o próximo mandato precisa ser avaliado menos pelas promessas e mais pelos resultados. Menos pelos discursos de proteção social e mais pela efetiva garantia dos direitos previdenciários.

Lula recebeu mais quatro anos para governar. Mas quem aguarda uma aposentadoria, enfrenta uma doença incapacitante ou teve parte de seu benefício indevidamente descontada não pode esperar mais quatro anos por soluções.

A proteção previdenciária não deve depender de preferências partidárias. É um compromisso constitucional que precisa ser cumprido por qualquer governo.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

REPRODUÇÃO



Cartaz de filme antigo de faroeste

Metade dos bolsonaristas torce pelo sucesso do governo Lula

Pesquisa Quaest divulgada neste domingo (8) revelou o que já se sentia nas ruas: Lulistas saíram alegres da eleição, a esquerda saiu aliviada, a direita, decepcionada, e os bolsonaristas, esses saíram revoltados.

Mas tem ali um dado curioso: 94% dos entrevistas torcem para que o governo do presidente dê certo. Ou seja, 6% não torcem. É natural crermos que esses 6% estejam em sua totalidade na oposição mais radical, os bolsonaristas. No entanto, a mesma pesquisa Quaest diz que os autointitulados bolsonaristas formam 12% dos entrevistados.

Se apenas 6% torcem contra o governo, pode-se concluir que metade dos bolsonaristas, então, torce pelo sucesso.

Os governistas classificam seus adversários bolsonaristas como violentos, brutos. Só encontram como explicação o título daquele filme antigo: "Os brutos também amam".

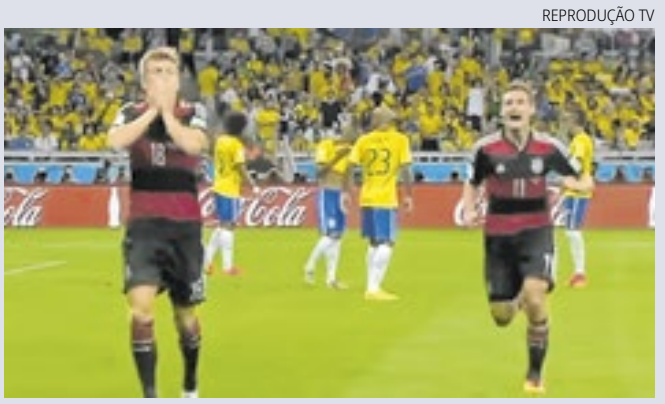
'Só resta torcer', diz líder do PL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a seu quarto mandato após derrotar o candidato do PL, senador Flávio Bolsonaro (RJ). A coluna perguntou ao líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), se, mesmo assim, ele torce para que dê certo o governo Lula. Ele respondeu:

"Só resta torcer. Mas, por enquanto, está mais para 7x1 e nao há boas memórias."

De fato, não restaram boas memórias do 7x1 que o Brasil levou da Alemanha na Copa do Mundo de 2014.

REPRODUÇÃO TV



7x1 da Alemanha desnorteou os brasileiros em 2014

Exatamente como no futebol

Essa foi a primeira pesquisa da Quaest após a eleição sobre o humor e as expectativas do brasileiro em relação ao governo que saiu vitorioso das urnas.

CEO da Quaest, Felipe Nunes avalia que os bolsonaristas acham "que as urnas foram roubadas, mas uma parte deles prefere dizer que torce pra que o Brasil dê certo".

É meio como no futebol. Flamenguistas e palmeirenses nos últimos tempos saem felizes da maioria dos jogos, mas os torcedores adversários sentem-se em geral roubados.

As torcidas em três terços

Segundo a Quaest, entre os eleitores ouvidos, 19% se declararam lulistas e 12%, bolsonaristas. 32% se disseram "independentes", enquanto 14% se classificaram como "esquerda não lulista" e 21%, como "direita não bolsonarista".

Ou seja, o eleitorado parece manter-se mesmo dividido entre um terço para cada lado do triângulo político: 32% independente, 33% esquerdistas e 33% direitistas.

Otimismo em alta

Segundo a pesquisa, o otimismo com o governo futuro no período de pós-eleição de Lula está maior do que no pós-eleição de Jair Bolsonaro (PL), em 2022. Era de 41% para o governo que saiu das urnas então e passou para 44% agora. A preocupação com o futuro estava 54% no pós-eleição de Bolsonaro e agora está em 48%.

A era do 'Posto Ipiranga'

Por conta do "Posto Ipiranga" Paulo Guedes como seu ministro da Fazenda, Jair Bolsonaro assumiu com elevada expectativa para a economia nos 12 meses seguintes: 74%. Mas teve uma queda vertiginosa entre outubro e novembro de 2022. Lula chegou com baixa expectativa: 46%. Mas quanto vai cair até dezembro, ainda não se sabe.

Baixo saldo de aprovação

Por conta do mau desempenho nas expectativas econômicas, a Quaest aponta Lula com o menor saldo de aprovação popular do período pré-posse em relação aos últimos presidentes reeleitos. Inclusive ele próprio. Saiu da sua primeira reeleição com saldo 38 pontos percentuais de aprovação agora tem apenas quatro pontos de saldo.

Lula versus STF

Curioso. Apesar de todas as críticas que Jair Bolsonaro fazia aos tribunais superiores antes de eleito em 2022, a expectativa é de que Lula tenha mais conflitos com o Supremo Tribunal Federal do que o seu antecessor. 46% acham que ele baterá mais de frente, enquanto no período pré-Bolsonaro a expectativa de conflitos era de 33%.

Conflito com Congresso

Mas o povo sente cheiro de encrenca mesmo entre o presidente Lula e o Congresso nesse quarto mandato. Segundo a pesquisa Quaest, 70% acham que Executivo e Legislativo entrarão em choque. Após a eleição de Jair Bolsonaro, a expectativa de conflito era bem menor: 48% acreditavam que o presidente eleito brigaria com o Congresso.

Bolsonaro elegeu Lula

Se você tem dúvidas sobre o que levou o brasileiro a eleger Luiz Inácio Lula da Silva novamente, saiba que foi o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu filho, Flávio Bolsonaro que o elegeram. Perguntados sobre o que mais causa otimismo sobre o novo governo, os entrevistados da Quaest responderam: democracia e combate ao bolsonarismo.

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO



Plenário do Senado quando aprovou a PEC da Segurança Pública

Lula acertou em reunião detalhes do Ministério da Segurança

Texto da MP terá que ser encaminhado ao Congresso para aprovação

Por **Gabriela Gallo**

Após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública pelo Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu na sexta-feira (6) com ministros para definir os detalhes do novo Ministério da Segurança Pública. Lula disse que, como prometeu da campanha eleitoral, uma Medida Provisória (MP) separará a pasta do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Participaram do encontro a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva.

Foi discutido como será a estrutura, o orçamento e as atribuições do novo Ministério, base para o texto que será encaminhado ao Congresso. O governo estima um investimento de R$ 1,5 bilhão para o ministério em 2027.A previsão é que o ministro seja anunciado após as viagens internacionais do presidente.

Na noite de quinta-feira (5), durante live do "Exército do Lula" montado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), o presidente adiantou que a separação do MJSP não seria algo que ocorre "do dia para a noite". "Nós temos que criar o ministério, colocar dinheiro, preparar a polícia militar, fazer acordo com prefeituras e com o estado, criar uma guarda-nacional", ele detalhou.

A expectativa é que o ministério seja instalado ainda em 2026, de forma a implementar em maio o Programa Brasil contra o Crime Organizado. Em seu programa estará o enfrentamento ao tráfico de armas, munições, acessórios e explosivos; asfixiamento financeiro do crime organizado e as milícias e fortalecer a segurança nos presídios.

Nomes cotados

Dentre os cotados para comanda a pasta teria sido sondado Lincoln Gakiya, procurador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), jurado de morte pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Outra técnica alternativa é o secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), conhecido como Chico Lucas. Também são cotados nomes como os ex-ministros Fernando Haddad, Rui Costa e o senador e coordenador de campanha de Lula, Camilo Santana (PT-CE). Lula deve manter Andrei Rodrigues no comando da Polícia Federal.

Dívidas pesam no bolso de 8 em cada 10 famílias

Especialista alerta para riscos das renegociações bancárias

Da **Redação**

A inadimplência das famílias brasileiras apresentou uma redução em outubro, mas o endividamento continua elevado. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 81,6% das famílias possuem algum tipo de dívida, enquanto 29,3% estão com contas em atraso.

Os números revelam um desafio que vai além da capacidade de manter as parcelas em dia: o peso das dívidas sobre o orçamento doméstico. De acordo com o levantamento, 19,3% das famílias comprometem mais da metade da renda mensal com dívidas.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a redução da inadimplência é um indicador positivo, mas não significa necessariamente que os consumidores recuperaram a estabilidade financeira.

"Uma família pode estar pagando todas as parcelas e, ainda assim, enfrentar dificuldades para manter suas despesas essenciais. O problema surge quando o consumidor precisa contratar novos empréstimos ou prolongar uma dívida antiga para conseguir pagar as contas do mês. Nesses casos, é importante avaliar se a renegociação realmente melhora a situação financeira ou apenas adia o problema", explica Bruno Durão.

Uma das principais preocupações está nas condições oferecidas durante as renegociações bancárias. Embora a redução do valor mensal das parcelas possa representar um alívio imediato, a ampliação do prazo e a incidência de juros podem elevar significativamente o custo total do contrato.

Isso ocorre porque uma dívida renegociada em um período mais longo pode gerar um desembolso final maior, mesmo quando o consumidor paga menos a cada mês.

"O consumidor não deve avaliar uma renegociação apenas pelo valor da nova parcela. É fundamental verificar a taxa de juros, o custo efetivo total, os encargos e o montante que será pago até o encerramento do contrato. Uma prestação menor não significa, necessariamente, uma dívida mais barata", alerta o advogado.

O cenário também preocupa do ponto de vista econômico. Quando uma parcela elevada da renda familiar é destinada ao pagamento de compromissos financeiros, sobra menos dinheiro para consumo, serviços, alimentação e outras despesas cotidianas.

Essa redução da renda disponível pode limitar a atividade econômica, especialmente em setores que dependem diretamente do consumo das famílias.

Além da questão econômica, o elevado comprometimento da renda chama atenção para os mecanismos de proteção previstos no Código de Defesa do Consumidor.

A Lei nº 14.181/2021, conhecida como Lei do Superendividamento, estabeleceu instrumentos para prevenir o endividamento excessivo e possibilitar, em determinadas situações, a renegociação de dívidas de consumo, preservando recursos necessários à subsistência do devedor.

Em abril de 2026, o Supremo Tribunal Federal também analisou a regulamentação do mínimo existencial, reforçando a importância de critérios de proteção ao consumidor no tratamento do superendividamento.

Segundo Bruno Durão, a legislação busca permitir que pessoas em situação financeira crítica possam reorganizar suas obrigações, sem comprometer integralmente as necessidades básicas. "O objetivo é encontrar uma solução financeiramente viável e juridicamente equilibrada", afirma.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Os números revelam um desafio que vai além da capacidade de manter as parcelas em dia

Crise no Paraguai acende alerta para investidores

Da **Redação**

A recente crise no Ueno Bank e a instabilidade política que atingiu o Paraguai trouxeram à tona um alerta importante para os milhares de brasileiros que migraram empresas, investimentos ou a residência fiscal para o país vizinho. Atraídos pela promessa de impostos mais baixos, muitos investidores ignoraram o chamado "risco América do Sul", caracterizado por volatilidade política, menor maturidade regulatória e vulnerabilidade no sistema financeiro. Esse cenário escancara a diferença entre buscar apenas alíquotas reduzidas na América Latina e investir na União Europeia, onde o patrimônio conta com a blindagem de um bloco econômico consolidado, regulação harmonizada e alta estabilidade institucional.

IMPOSTO BAIXO

Muitos brasileiros são atraídos pela alíquota reduzida do Paraguai, mas negligenciam a solidez das instituições locais e a governança do sistema financeiro.

AMÉRICA DO SUL VS. UE

Enquanto países sul-americanos apresentam maior suscetibilidade a crises bancárias com interferência política direta, a Europa oferece uma blindagem patrimonial superior, respaldada pela regulação harmonizada, fundos de garantia consolidados e pela estabilidade política do bloco da UE.

IMPACTO PARA BRASILEIROS

A crise atinge principalmente o investidor brasileiro que planejava a mudança de residência fiscal ou melhores condições econômicas/tributárias sem uma estratégia de diversificação internacional verdadeiramente segura

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



Muitos brasileiros são atraídos pela alíquota reduzida do Paraguai

Por que a verdadeira proteção patrimonial exige internacionalização estruturada em jurisdições de alta segurança jurídica, e não apenas arbitragem fiscal de curto prazo?

Para Marcelo Rubin Goldschmidt é advogado e fundador da GMZ Advisors, consultoria dedicada à diversificação patrimonial e desenvolvimento de negócios entre Brasil e Portugal, em poucos dias, o Paraguai mostrou o que é o risco América do Sul.

"O maior banco digital do país sofreu intervenção, o presidente do Banco Central caiu e o presidente da República está tentando renunciar, sem ainda aceitação pelo Parlamento. Quem saiu do Brasil para lá fugindo de imposto continuou exposto a outros tipos de risco institucionais e de instabilidade política/econômica já bem conhecidos por brasileiros. Diversificar de verdade é pôr parte do patrimônio em uma economia com outra moeda e outras regras".

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO/TCU



STF interrompe análise sobre o alcance dos acordos do TCU

STF suspende julgamento sobre limites para acordos do TCU

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento sobre os limites da atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) na solução consensual de conflitos na administração pública federal. A análise da ADPF 1.183 foi interrompida por pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Até então, quatro novos votos haviam sido apresentados. O relator, Edson Fachin, defende restringir os acordos a processos de tomada de contas especial, para apurar danos aos cofres públicos. A posição foi acompanhada por Cristiano Zanin, André Mendonça e Nunes Marques. Luiz Fux seguiu a divergência de Flávio Dino, favorável a uma atuação mais ampla do TCU, desde que haja participação da Advocacia-Geral da União (AGU) e aprovação dos acordos pelo plenário. A ação foi apresentada pelo Partido Novo, que questiona as regras do tribunal para mediar controvérsias administrativas.

STF restringe poderes do Ministério Público

O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou normas do Rio Grande do Sul que permitiam ao procurador-geral de Justiça assumir inquéritos policiais e determinar investigações criminais sumárias. A Corte reafirmou, porém, que o Ministério Público pode conduzir investigações próprias, desde que respeite os limites constitucionais e as atribuições da polícia judiciária. O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.039 também afastou prerrogativas de chefe de Poder ao procurador-geral de Justiça.

DIVULGAÇÃO



STF define limites para investigações conduzidas pelo Ministério

CNJ agiliza bloqueio de bens com módulo Sniper

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliou as funções do Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper), que agora permite solicitar bloqueios de bens e valores pela plataforma. A ferramenta reúne dados de diferentes bases e integra sistemas como Sisbajud, Renajud e Anacjud. O novo módulo também permite programar tentativas automáticas de bloqueio a cada 48 horas, agilizando a localização de patrimônio, o cumprimento de decisões judiciais e a recuperação de créditos.

Justiça revisará processos de mulheres presas

Tribunais de todo o país vão revisar processos de mulheres presas entre 9 e 27 de novembro, durante mutirão coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Serão analisados casos de gestantes, mães de crianças menores de 12 anos e mulheres com deficiência ou doenças graves, além de pedidos de progressão de regime e outros benefícios legais. A revisão não significa soltura automática.

Funcionamento de bets

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) autorizou a retomada das atividades de três casas de apostas da CDA Gaming. A decisão considerou que a empresa pagou R$ 30 milhões por uma licença válida até 2029. A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que vai recorrer. A liminar não beneficia outras plataformas.

Gênero no Censo 2030

O Ministério Público Federal pediu à Justiça que obrigue o IBGE a incluir perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo 2030. O órgão solicita recursos para estudos e capacitação das equipes. A proposta prevê testes em 2026 e provas-piloto em 2027 e 2028. O IBGE reconhece a importância dos dados, mas não confirmou a inclusão.

Crime de ato obsceno

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a discutir os critérios para caracterizar o crime de ato obsceno em locais públicos. O relator, ministro Luiz Fux, votou pela constitucionalidade da norma, mas outros ministros defenderam maior precisão na definição das condutas que podem ser punidas, para evitar interpretações excessivamente amplas da lei.

Loterias e apostas

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu no Supremo Tribunal Federal (STF) que municípios não podem explorar loterias próprias. Na ADPF 1.212, a AGU argumentou que a competência para legislar sobre sorteios é exclusiva da União. O julgamento foi suspenso após as manifestações e ainda não há data para retomada.

Regularização de débitos

A atuação da Advocacia-Geral da União na III Semana Nacional de Regularização Tributária resultou no encaminhamento de negociações de R$ 5,4 milhões em créditos devidos à Anatel, à CVM e à Anvisa. A iniciativa, em parceria com a Justiça Federal, também promoveu audiências para regularizar débitos menores por meio de acordos e parcelamentos.

Acesso a dados

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmaram acordo para ampliar o acesso da Corte a dados de processos judiciais. A iniciativa permitirá consultar informações armazenadas no Data Lake do CNJ e identificar questões relevantes para uniformizar a interpretação das leis federais e fortalecer a segurança jurídica.

DIVULGAÇÃO



CNJ lança ferramenta de Inteligência Artificial para decisões judiciais na saúde

Judicialização da saúde já soma 535 mil processos novos em 2026

Proposta é qualificar decisões sobre acesso a tratamentos e medicamento

Para **Raphaela Cordeiro**

O Judiciário brasileiro recebeu cerca de 535 mil novos processos relacionados à saúde entre janeiro e setembro de 2026. O volume inclui demandas por consultas, cirurgias, internações e tratamentos e levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a ampliar estratégias para enfrentar a judicialização. Entre as iniciativas estão ferramentas de inteligência artificial, conciliação e acordos de cooperação.

Os números foram apresentados durante o V Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), realizado nos dias 5 e 6 de novembro, no Rio de Janeiro. Do total, mais de 37 mil ações tratavam de consultas, 32 mil de cirurgias de urgência e 14 mil envolviam unidades de terapia intensiva (UTIs). Para o CNJ, os processos frequentemente revelam falhas na prestação dos serviços, como consultas não realizadas, cirurgias adiadas e negativas de cobertura.

Uma das novidades é o EvidênciAJud, ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pelo CNJ em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e o Hospital das Clínicas. A plataforma reúne notas técnicas do sistema e-NatJus e documentos da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), permitindo pesquisas sobre medicamentos, doenças e tratamentos. O objetivo é oferecer subsídios científicos a magistrados e Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NatJus). A ferramenta não substitui a avaliação técnica nem a decisão dos juízes.

Outra frente é o Concilia+-Saúde, programa que articula Judiciário, Executivo e operadoras de planos de saúde para buscar soluções consensuais antes ou durante os processos. A proposta prevê acordos, compartilhamento de informações e aprimoramento do atendimento, evitando que conflitos administrativos se transformem em ações judiciais.

Os NatJus também integram a estratégia. Criados há dez anos, os núcleos contam com 525 profissionais de saúde e já produziram mais de 134 mil notas técnicas para subsidiar decisões na saúde pública e suplementar. Para o CNJ, a integração entre evidências científicas e diálogo institucional pode garantir respostas mais rápidas à população, além de decisões mais fundamentadas e seguras.